

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ.
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA.

**ACIDENTES FATAIS E A DESPROTEÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO
CIVIL NO RIO DE JANEIRO**

RAIMUNDA MATILDE DO NASCIMENTO MANGAS

ORIENTADOR: CARLOS MINAYO GOMEZ

JULHO/2003

As Marias, Joanas e Severinas pela
dignidade e valentia.

Agradecimentos

Como não poderia deixar de ser, agradeço ao meu orientador e amigo Carlos Minayo Gomez pela confiança demonstrada e o incentivo a continuar. À querida Sônia Thedim pela inestimável ajuda. Ao amigo Jorge Sandins, presença constante e carinho durante todo trabalho. Aos colegas do EAD, em especial a Karla, Vilma, Sherman, William, Anderson e Grayson pela compreensão e convivência renovadora. As Amigas da turma do Mestrado 2001: Amanda Hipólito, Marcela Gomez e Adriana Kelly pelo apoio durante a jornada. A minha mãe e irmãos que ainda distante torceram junto comigo. A meu pai Romualdo Mangas e avó Enedina do Nascimento (in memoriam). A Socorro e Luciana Mangas pela cumplicidade e carinho de sempre.

Abstract In this application a set of questions about the lethal work's accident problem that happened between 1997 and 2001 into civil construction industry. We searched in several sources of information that were able to identify these occurrences in workers that, under several kinds of job contract, made the large universe of this sector. We managed to characterise the immediate cause of these accidents and to clarify different kinds of strategies to obscure deaths related to work. Over all, we intend to know the trajectory of life and work of victims and, specially, several damages of these occurrences in their family core. We pointed some aspects of this category and impacts arise from mechanisms of outsourcing –intensive and extensive- that have been used in this sector. We indicated the main limitations observed into the union practice to interfere in risk situations that produces accidents and deficiency of the answerable instance for inspection and surveillance of the workplace. After the investment made in the union collection, we classified the accidents by cause, occupation, age group, labour contracts of the victims. The collected data in some building sites were interpreted and revealed contradictions between companies speech and the colleagues of the accident worker about the cause of these occurrences and their circumstance. In the interviews made with the families of the victims of these accidents- hard to find because of the dispersion of their houses circumference of the Metropolitan Area and incomplete information – we found out its hard repercussions. Along the most relevant aspects, we emphasise, beyond the sufferance caused by the lost and resources used to relive him, the omission behaviour of the companies, the hard fight to have their rights recognised and the ways built to survive. Courage and determinative manifestations opposes a feeling of impotence and social fail of protection facing the inefficiency of the public instance.

Key-word: worker's healthy; lethal work's accident; civil construction; social fail of protection

Resumo Neste estudo analisou-se um conjunto de questões referentes à problemática dos acidentes de trabalho fatais ocorridos, entre 1997 e 20001, na indústria da construção civil do Rio de Janeiro. Recorreu-se a diversas fontes de informação capazes de identificar esses eventos em trabalhadores que, sob os mais variados tipos de vínculos, conformam o amplo universo desse setor. Buscou-se caracterizar as causas imediatas desses acidentes e evidenciar as diferentes estratégias para ocultar as mortes decorrentes do trabalho. Pretendeu-se, sobretudo, conhecer a trajetória de vida e trabalho das vítimas e, particularmente, as diversas seqüelas desses eventos nos núcleos familiares. Apresentam-se alguns traços dessa categoria e os impactos derivados dos mecanismos de terceirização – intensiva e extensiva – que vêm sendo adotados no setor. Apontam-se as principais limitações observadas na prática sindical para interferir nas situações de risco geradoras de acidentes e as deficiências das instâncias responsáveis pela inspeção e vigilância dos ambientes de trabalho. A partir do investimento realizado no acervo sindical, classificaram-se os acidentes segundo causa, ocupação, faixa etária e vínculos laborais das vítimas. Interpretaram-se os dados coletados em alguns canteiros de obra reveladores das contradições presentes no discurso das empresas e dos companheiros dos trabalhadores acidentados sobre as causas desses eventos e as circunstâncias em que ocorreram. Nas entrevistas realizadas com familiares de vítimas desses acidentes – de difícil localização, devido à dispersão das residências em áreas periféricas da Região Metropolitana e a informações incompletas – constataram-se suas severas repercussões. Entre os aspectos mais contundentes, destacam-se, além do sofrimento gerado pela perda e os recursos utilizados para aliviá-lo, o comportamento omissivo das empresas, a árdua luta pelo reconhecimento de direitos e os artifícios construídos para sobreviver. Ao sentimento de impotência e de desproteção social diante da inoperância das instâncias públicas, contrapõem-se manifestações de coragem e determinação para enfrentar a adversidade.

Palavras-chave: saúde do trabalhador, acidentes de trabalho fatais, construção civil, desproteção social.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
---------------------	----------

CAPÍTULO I

Trabalho no setor da construção civil	5
--	----------

Alguns traços da categoria da construção civil no Rio de Janeiro

Condições de trabalho

A atuação do sindicato

CAPÍTULO II

Estratégias da investigação	16
------------------------------------	-----------

Sobre os registos de acidentes de trabalho

Vistorias e coleta de dados nos canteiros de obras

A localização das famílias

O encontro com os familiares

As entrevistas

CAPÍTULO III

As tramas do acidente e as marcas da desproteção	40
---	-----------

A dor da perda

A árdua luta pelos direitos

Artifícios para sobreviver

As seqüelas para os filhos

Recursos para aliviar o sofrimento

Um passo organizativo

CONSIDERAÇÕES FINAIS 64

BIBLIOGRAFIA 67

Apresentação

Neste estudo buscou-se obter um quadro mais real do conjunto de questões implicadas na ocorrência de acidentes de trabalho fatais no setor da construção civil no Rio de Janeiro. Tratou-se inicialmente de coletar dados quantitativos que contribuíssem para ultrapassar o reconhecido grau de subnotificação mesmo em trabalhadores do mercado formal. Para tanto, foi necessário recorrer a diversas fontes de informação capazes de identificar esses eventos em trabalhadores que, sob os mais variados tipos de vínculos, conformam o amplo universo desse setor. Pretendeu-se, além de tentar caracterizar as causas imediatas desses acidentes, investigar os tortuosos caminhos seguidos para ocultar as mortes decorrentes do trabalho e seu registro enquanto tal.

Nosso objetivo principal, no entanto, foi conhecer a trajetória de vida e trabalho das vítimas e, particularmente, as diversas seqüelas desses eventos nos núcleos familiares, em que à dor da perda alia-se a procura pelo reconhecimento dos seus direitos e por alternativas de sobrevivência.

Descrevemos, a seguir, o conteúdo dos capítulos que compõem este estudo.

No primeiro capítulo, efetuamos uma breve descrição das características do processo e da força de trabalho no setor de edificações da indústria da construção civil. Destacam-se particularmente as transformações ocorridas e os impactos decorrentes dos mecanismos de terceirização – intensiva e extensiva – que vêm sendo adotados. Apresentamos alguns traços dessa categoria no Rio de Janeiro e apontamos as limitações observadas na prática sindical quanto às mudanças indispensáveis para o controle das situações de risco geradoras de acidentes, sobretudo dos fatais. Mencionamos, ainda, a deficiente atuação das instâncias responsáveis pela inspeção e vigilância dos ambientes de trabalho.

No capítulo segundo, expomos as estratégias de investigação adotadas para identificar e caracterizar as vítimas dos acidentes fatais - no período de 1997 a 2001 - e, em especial, para evidenciar as consequências desses infortúnios no âmbito familiar. Relatamos o investimento realizado no acervo sindical, constituído através do recurso a diversas fontes, que nos possibilitou a quantificação dos eventos e a obtenção de dados para classificá-los segundo causa, ocupação, faixa etária e vínculos laborais dos acidentados. Referimos também nossas idas aos canteiros de obra, com o intuito de analisar determinados acidentes ocorridos no ano de 2001 e de interpretar as versões dadas sobre os mesmos por técnicos de segurança das empresas e companheiros de trabalho das vítimas. Ressaltamos, particularmente, as dificuldades enfrentadas para localizar as famílias, já que os endereços contidos nas Comunicações de Acidentes de Trabalho – CATs eram em grande parte incompletos e os fornecidos por colegas, nem sempre precisos. Tais dificuldades vieram acrescidas da dispersão das residências em diversas zonas periféricas da Região Metropolitana.

No capítulo terceiro, apresentamos os resultados das entrevistas familiares que conseguimos realizar. Entre os aspectos mais relevantes descritos, evidenciam-se: as diversas dimensões do sofrimento gerado pela perda, o comportamento omissivo das empresas, a árdua luta pelo reconhecimento de direitos, os artifícios construídos para sobreviver, as seqüelas para os filhos e os recursos utilizados para aliviar o sofrimento.

Capítulo I

Trabalho no setor da construção civil

A construção civil, setor de reconhecida importância por sua finalidade e abrangência, é contraditoriamente marcado por um processo de trabalho que propicia, na ausência de ações preventivas, a constante convivência com situações de risco, comprovada pelo elevado número de acidentes, inclusive incapacitantes e fatais. Na década de 80, essa indústria foi considerada campeã de acidentes de trabalho com morte. Ficher e Paraguay (apud Pinto, 1996) demonstram em seus estudos que do total de acidentes fatais, nesse período, 22,6 % aconteceram na construção civil. Segundo dados do Ministério do Trabalho referentes a 1995, esse setor foi responsável por 31,69% dos acidentes com óbito, no Rio de Janeiro.

O reconhecimento da gravidade desse quadro expressa-se no fato de ser a única categoria objeto de norma regulamentadora - NR18 - que, minimamente cumprida, restringiria ou atenuaria as condições de trabalho penosas e desgastantes, pelo menos no que diz respeito às formas mais evidentes de agressão à saúde. (Fundacentro, 1995)

A expansão do setor, na década de 70 foi impulsionada pela lógica do capital que exige a produção em larga escala (Maricato, 1984). Sob a perspectiva da acumulação, da redução de custos e do aumento da produtividade, os métodos artesanais de construir foram substituídos pela organização científica do trabalho, impondo a intensificação dos ritmos e a racionalização das atividades como observa Minayo, 1987, p.24: *“A tendência do capital é a ‘industrialização’ do processo produtivo, seja na produção de componentes como no produto final, tanto nas edificações como nas chamadas construções pesadas. A construção civil se aperfeiçoa numa economia de escala, onde o que importa é a quantidade mais que a qualidade e a padronização, visando o lucro”*

Essa estratégia inaugurou um novo perfil da mão- de- obra inserida na construção civil. O trabalhador que dominava a arte de construir é substituído pelo

operário com conhecimentos fragmentados e parcelados da produção automatizada. Na forma artesanal, *“o trabalhador utiliza o instrumento como uma coisa que é dele, de modo racional, mediante o uso da própria inteligência e, conseqüentemente, do próprio conhecimento da natureza desse instrumento, de suas possibilidades e do objeto sobre o qual tal instrumento é utilizado”* (Flohic, 1987,p.46). É o próprio trabalhador quem comanda as etapas produtivas, desde a concepção até a execução. Possui qualificação e habilidade, tanto intelectual como manual, traduzidas na produção de uma construção única e particular.

Na passagem da forma artesanal para o modo de produção industrial de construir o espaço urbano, constroem-se novos trabalhadores (Minayo-Gomez, 1987). Esse modo de produção apresenta, entre outras características o assalariamento, tendo por referência a tarefa realizada; o uso de maquinário diverso que multiplica a capacidade do trabalhador e o substitui em atividades cada vez mais numerosas; a divisão e a intensificação do trabalho, com a conseqüente ampliação do contingente de operários no canteiro de obra. Conduz ainda à diversificação e à especialização de atividades: surgem, além de funções menos qualificadas, os técnicos de construção, os encarregados administrativos, os escritórios de engenharia, de vendas, entre outros. Essas mudanças no processo produtivo não ocorrem de modo linear. Os dois processos – artesanal e industrial – convivem simultaneamente e podem ser observados inclusive em um mesmo canteiro de obras (Flohic, 1987).

Em decorrência dessas transformações vem se intensificando a prática de subcontratação e a tendência das empresas em reduzir o número de trabalhadores “centrais”, empregando, cada vez mais, como estratégia de redução de custos, uma força de trabalho facilmente dispensável em condições que intensificam sua vulnerabilidade (Harvey, 1984; Antunes, 1995; Motta, 1996; Pochaman,1999).

A terceirização do setor se estabelece por meio de uma extensa rede de serviços contratados, repassados das empresas principais para empreiteiras e dessas para organizações freqüentemente irregulares. A duração dos contratos varia de acordo com as atividades específicas a serem realizadas (carpintaria, alvenaria, pintura, instalação elétrica, hidráulica). Restringem-se, em sua maioria, a prazos exíguos e configuram a instabilidade propiciada pela flexibilização do sistema produtivo. A dinâmica desse

processo provoca a externalização de um número crescente de tarefas, em condições cada vez mais precárias e menos protegidas (Minayo- Gomez et all 1999; Araújo, 2001). O processo de trabalho na construção civil é formado por uma sucessão de etapas integradas e atividades diversas, com variedade de materiais e componentes para sua transformação. Entre as principais etapas estão: a fundação, a estrutura e o acabamento. Verifica-se, a partir dessas etapas, formas diversas de domínio do conhecimento técnico e de exploração da força de trabalho, bem como estratégias de resistência dos trabalhadores. Os estudos desenvolvidos por Valadares et all (1981) demonstram que na fundação predominam tanto o uso de tecnologia como a exploração da mão-de-obra não qualificada. Na estrutura, evidencia-se a racionalidade do trabalho parcelado e segmentado, enquanto no acabamento sobressaem o conhecimento e a sabedoria dos trabalhadores com menor margem de racionalidade para o capital.

Uma obra ocorre num período de tempo determinado que varia de acordo com o porte do empreendimento a ser realizado. A diferenciação das atividades e da mão-de-obra em cada etapa exige que novos profissionais sejam inseridos e outros, dispensados por ocasião de seu encerramento.

Nas duas primeiras etapas do processo produtivo, incorpora-se de modo expressivo uma mão-de-obra não-qualificada. À desqualificação inicial de grande parte desses trabalhadores alia-se à falta de treinamento (Rebello, 1978; Parente, 1993; Farah, 1992). Recruta-se, de forma aviltante, em função de exigências de prazos contratuais, induzindo a processos de subcontratação irregulares, onde prevalecem a externalização de riscos e responsabilidades, bem como o descompromisso humano e social com os trabalhadores e suas famílias.(Melo,1991; Pinto,1996)

Esse trabalho irregular, nos últimos anos, tem se ampliado no interior do sistema formal, configurando diferenciações entre os coletivos de trabalhadores formais/informais, fixos/temporários, qualificados/não qualificados. Os contratos temporários geram um alto índice de instabilidade na categoria. Grandes contingentes de trabalhadores são dispensados após o término de etapas/sub-etapas, tanto em serviços especializados quanto nos de execução de tarefas simples. O processo de flexibilização dos contratos mantém, em sintonia com a nova ordem econômica e produtiva, reduzido número de profissionais mais qualificados. Em contrapartida, os demais são

dispensados, forçando-os a conviver com situações intermitentes de emprego-desemprego. (Castell,1993; Escorel, 1999)

Como observa Araújo (2001,p.86), “o temporário vê a condição de permanente e estável como um ideal a atingir, não obstante os dados da realidade não oferecerem nenhuma esperança nesse sentido. Subjacente a tal aspiração encontra um cansaço, decorrente das constantes saídas, da ansiedade ressuscitada a cada dispensa, da incerteza sobre o amanhã, não um amanhã distante, mas imediato, o dia de hoje, o dia seguinte”.

A mobilidade e a rotatividade da mão- de- obra na indústria da construção civil singularizam o setor. Segundo Pinto (1996), 42,7% dessa população não permanece no emprego por mais de seis meses, já que *”inseridos em um processo que lhes garante emprego apenas pelo período de duração de uma obra ou de determinada etapa, são obrigados a viver na instabilidade sempre a procura de um novo emprego.”*

A trajetória do operário da construção, portanto, é marcada pelo convívio com a transitoriedade, pela provisoriedade, por constante processo adaptativo a novas realidades de trabalho e de vida. É uma expressão paradigmática da sociedade da insegurança, entre cujas características se encontram: a fragilidade dos arranjos laborais, a instabilidade ocupacional, o subemprego, o desemprego recorrente, duradouro e sem perspectiva de inserção no mercado formal Minayo-Gomez & Thedim-Costa (1999). Tais situações, na ausência de outros vínculos de pertencimento, podem conduzir a processos de dessocialização progressiva capazes de traduzir-se em doença mental ou física, ao comprometer os alicerces da identidade (Dejours, 1999).

Alguns traços da categoria da construção civil no Rio de Janeiro

A categoria da construção civil no Rio de Janeiro abrange os setores de edificações, construção pesada, montagem industrial e beneficiamento de pedras. A

terceirização dos serviços, nas mais variadas formas e graus de extensão, inclui, além das atividades próprias dos processos produtivos, os setores administrativos, sociais, médicos e de segurança no trabalho. Menos de 10 empresas concentram a maior parte dos empreendimentos.

A maior empresa em atuação no Rio de Janeiro constitui um excelente exemplo, tanto desse intensivo processo de terceirização como das dificuldades de implantar medidas efetivas de saúde e segurança nas empreiteiras e subempreiteiras que lhe prestam serviços. Esse modo de incorporação da mão-de-obra foi introduzido no final dos anos 90, quando vários profissionais foram estimulados a formar empresas e oferecer serviços especializados. Atualmente, essa empresa mantém um técnico de segurança entre os 7 profissionais de seu quadro permanente em cada canteiro. As empreiteiras, além de se responsabilizar pela contratação da força de trabalho, fornecem o material de construção – com exceção do concreto – máquinas, ferramentas e equipamentos de segurança. A construtora unicamente coordena e supervisiona o trabalho das empreiteiras. Na opinião de um mestre de obras, esta é a melhor maneira de administrar uma construção, no entanto, os próprios técnicos de segurança reconhecem os entraves para efetivar uma política de segurança no bojo desse processo de terceirização. Apesar de a empresa principal possuir um projeto com essa finalidade em cada obra, as empreiteiras/subempreiteiras responsabilizadas pela sua execução não assumem o custo adicional necessário para a adoção das medidas estabelecidas no projeto. Entre outros aspectos, esses profissionais apontam a dificuldade de exercer o controle sobre os acidentes de trabalho ocorridos, já que grande parte das empreiteiras e subempreiteiras habitualmente encaminha os trabalhadores acidentados para atendimento nos serviços públicos, sem emissão da comunicação de acidente de trabalho - CAT.

Essa empresa, apesar de destacar-se por desenvolver uma política de treinamento em segurança em conformidade com as etapas da construção - fundação, estrutura e acabamento – não consegue atingir todos os trabalhadores terceirizados, em função da alta rotatividade da mão-de-obra e do aumento do fluxo de trabalhadores informais. Embora a empresa tenha obtido o selo da ISO-9002, para mantê-lo recorre à tática de utilizar-se de um único e grande canteiro como padrão da qualidade exigida, a ser apresentado nas avaliações dos responsáveis pela concessão do selo.

Entre outras estratégias de terceirização adotadas por algumas empresas, encontra-se em curso o estímulo à criação de organizações improvisadas, sob a denominação de cooperativas de trabalhadores, como forma de eximir-se dos encargos sociais e dos compromissos trabalhistas. Sob essa mesma ótica, recorre-se inclusive à mediação das “gatas”, organizações ilegais de arregimentação de trabalhadores informais, em situação de completa desproteção social e de segurança (Souza, 1995). Esses processos de terceirização fundados unicamente na transferência de responsabilidades em cascata acabam constituindo elos de uma cadeia, que conforma relações de trabalho cada vez mais precárias.

Em virtude dessas diversas formas de inserção dos trabalhadores em atividades da construção, é inviável estabelecer estimativas fidedignas sobre o contingente da força de trabalho desse setor. Dada sua característica de permitir a absorção de grandes contingentes de trabalhadores com baixa escolaridade e sem qualificação profissional específica, o setor vem incorporando um número expressivo de operários procedentes do Rio de Janeiro – em virtude do crescente enxugamento do mercado de trabalho – embora continue como importante escoadouro urbano para a mão-de-obra vinda do nordeste (Fischlowitz, 1966). Trata-se neste caso de uma continuidade da transferência populacional decorrente da estagnação econômica da região nordeste quando o desenvolvimento industrial centrava-se no sudeste, principalmente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo.

A migração, se por um lado atende à lógica do capital de dispor de força de trabalho a baixo custo, por outro resulta de uma estratégia familiar de reprodução de seus membros (Grandi, 1985). A forma de agenciamento dessa mão-de-obra, construída ao longo do tempo, abrange iniciativas individuais - de familiares e conterrâneos – mas se estabelece particularmente através de vínculos grupais (Singer, 1973; Athayde, 1996; Durhan apud Lima, 1996). É reconhecido também o papel de agenciadores profissionais que têm como função recrutar trabalhadores em diversos estados do nordeste e de outras regiões pobres do País. Quando esses trabalhadores migrantes contam com o apoio de fortes redes sociais, têm facilitada sua integração no cenário urbano e no mercado de trabalho.

De um modo geral, prevalece a condição de nômades em território estranho,

isolados no interior de pequenos grupos e freqüentemente alvos de discriminação (Souza,1995). Esse fato complexifica os impactos das condições de trabalho sobre a saúde física e mental, ampliando-os com os derivados do desenraizamento de laços afetivos, da perda de referenciais e da constante busca de reestruturação de vínculos societários no âmbito das grandes cidades, com seus códigos e valores tão diferenciados da cultura original.

Em levantamento realizado numa amostra de 649 trabalhadores de diversas empresas, no projeto do qual esta dissertação faz parte, obteve-se um perfil quanto a sua origem, escolaridade e condição salarial. Apesar da diminuição do fluxo migratório nos anos 80, grande contingente de trabalhadores (56,7%) provém da região nordeste, principalmente dos Estados da Paraíba (24,8%) e do Ceará (10,6%}. Dos trabalhadores do sudeste (39,5%), a maior parte procede da região metropolitana do Rio de Janeiro (27,5%), o que parece atribuir-se à redução de postos de trabalho na indústria e no comércio. Em relação à escolaridade, 13,2% eram analfabetos, 48,1% estudaram apenas dois anos e 39,7% não cursaram o 1º grau completo. A imensa maioria (85,6%} recebe entre 2 e 4 salários mínimos.

Condições de Trabalho

A competitividade exigida para acesso e manutenção no emprego acirra-se num contexto de desemprego crescente e o compromisso com a própria sobrevivência, bem como a de seus dependentes, leva à aceitação de situações subumanas, à sujeição a um trabalho degradante e degradado pela naturalização do desrespeito à vida.

Os momentos de “picos” de produção, como a concretagem e a alvenaria, determinam que as horas extras passem a fazer parte do cotidiano de muitos operários que trabalham por jornada. Implicam, ainda, a intensificação do trabalho para muitos dos que atuam por tarefa ou por produção. Nos trabalhadores com contrato formal, a tarefa corresponde à realização de um dado trabalho, dentro de um determinado período de

tempo – através de um acordo informal entre empregado e empregador – e representa uma remuneração extra (Thomazi 1990). No trabalho por produção (Santos et al, s/d), o pagamento é estabelecido pela quantidade produzida – por metro quadrado ou quilograma – e, em alguns casos, inclui a concessão de horas prêmio, quando a meta de produção é atingida. Em tais situações, o prolongamento das atividades acima do permitido pela legislação – que em alguns casos representa um total de 10 a 12 horas diárias trabalhadas, inclusive sem folgas semanais – é responsável por intenso consumo de energia e, conseqüentemente, por um desgaste físico e mental ainda maior. Outro fator que vem colaborar para um trabalho penoso e desgastante é o percurso diário entre casa e trabalho que, por morarem em periferias da cidade ou em municípios vizinhos, pode levar de três a cinco horas. Dentre os que procedem de outros estados ou residem em regiões afastadas, muitos partilham, em situações ignominiosas, alojamentos improvisados nos canteiros de obra.

Os espaços de uso coletivo, como banheiros, refeitórios e cantinas são improvisados, geralmente destituídos de qualquer cuidado higiênico e, freqüentemente, não oferecem condições minimamente adequadas de uso (Lianza, 1982).

A questão da alimentação - café da manhã e almoço, sempre foi alvo de insatisfação entre os trabalhadores (Souza, 1995). O estudo realizado pelo SESI, em 1991, e citado por esse autor revela que alimentação oferecida nos canteiros de obras é insuficiente para satisfazer as necessidades calóricas de um adulto dedicado ao trabalho pesado, como é o caso da construção civil. Conforme pudemos verificar por nossa participação no projeto sobre precarização do trabalho na construção civil, a alimentação servida restringe-se ao almoço. O café da manhã, apesar de previsto em legislação Municipal, desde 1989 (Lei nº 1.418), está longe de se tornar uma realidade. Essas refeições, entretanto, são fornecidas unicamente aos trabalhadores pertencentes ao quadro fixo da empresa. A maioria dos terceirizados ou informais tem que arcar com os custos de sua própria alimentação.

Considerando a diminuição no poder de compra do salário mínimo, nas últimas décadas, constata-se que as remunerações da maioria de trabalhadores da construção civil permanecem próximas aos patamares da linha de pobreza, (Werneck, 1978; Souza, 1995). No projeto acima referido, constatou-se que um grande contingente de

trabalhadores terceirizados e subempregados não possui acesso à complementação salarial básica, como o auxílio transporte e despesas com alimentação, aumentado as perdas salariais.

A atuação do sindicato

A representação sindical dos operários da construção civil no Rio de Janeiro tem sido marcada por práticas contrárias aos interesses da categoria. Depois de várias décadas de imobilismo e com um número reduzido de sócios, a maioria aposentados, assumido tomou posse uma diretoria – no período de 1995 a 2001 - composta por alguns dirigentes compromissados com a transformação do quadro existente. Em decorrência de uma intensa campanha e por força da convenção coletiva que tornou automática a sindicalização, o sindicato chegou a contar com aproximadamente 40.000 associados.

A última convenção coletiva firmada contém no seu bojo um conjunto de cláusulas que incorpora, em sintonia com a realidade atual, as questões mais críticas da categoria. Introduz importantes avanços nos campos social, econômico, político e jurídico, propondo-se o enfrentamento de obstáculos relativos à saúde, segurança no trabalho, educação básica, qualificação profissional, bem como os referentes às formas de sub-contratação.

Na prática cotidiana, o sindicato se depara com inúmeras queixas de trabalhadores, através da implantação do disque-denúncia, sobre condições de trabalho e segurança. As queixas registradas através desse meio referem-se principalmente às 50 maiores construtoras atuantes no Rio de Janeiro e dizem respeito sobretudo a: formas ilegais de contratação; remuneração abaixo do piso estabelecido na categoria e atraso no pagamento; não fornecimento de alimentação e de água potável; deficientes condições

higiênicas dos espaços de uso coletivo (refeitórios, alojamentos e banheiros); ausência de equipamentos de segurança individuais e coletivos.

Nas visitas realizadas às obras, em resposta a essa demanda ou para inspecionar as empresas onde ocorreram acidentes fatais, tem-se registrado também um acúmulo de irregularidades, com predominância das relacionadas ao desrespeito de itens elementares da legislação trabalhista e da convenção coletiva.

Os recursos às instâncias públicas, quando as empresas persistem na inobservância dos acordos decididos em mesas de negociação sobre melhorias a serem introduzidas nos processos e relações laborais, carecem de maior efetividade. Entre as principais razões encontram-se: a ausência de um corpo técnico, tanto no âmbito do setor trabalho como no de saúde, capaz de dar conta do conjunto de problemas decorrentes da precarização, agravado pela falta de entrosamento entre os mesmos; o descompasso entre o período de permanência das empreiteiras nos canteiros e o dilatado tempo das instituições em responder às solicitações, aliado à mudança freqüente de razão social de empreiteiras mais denunciadas. Essa situação dificulta também o andamento dos processos encaminhados ao Ministério Público. Diante desse cenário, a divulgação na *midia* tem sido, em determinados casos, a alternativa mais eficiente.

Mesmo a existência de alguns espaços técnicos voltados para a elaboração e discussão de normas técnicas - como a Comissão Permanente Regional (CPR) da Construção Civil, de composição paritária, e o Grupo de Estudos de Técnicos de Segurança e de Medicina do Trabalho na Construção Civil (GESEC) - não conseguem superar os entraves para a operacionalização de suas propostas. O sindicato patronal - Sindicato das Indústrias da Construção Civil (SINDUSCOM) - vem-se caracterizando pela implementação de programas de educação e saúde por meio do Serviço Social da Construção Civil (SECONCI), que contribui, mesmo parcialmente, para minorar as deficiências dos trabalhadores nesses âmbitos. (Mallamo, 1998)

Apesar da expectativa de mudança gerada quando assumiu a nova diretoria do sindicato dos trabalhadores, as ações implementadas não representaram transformações significativas no cotidiano do trabalho e no atendimento aos interesses dos trabalhadores e seus familiares. Os operários com vínculos informais, justamente os mais necessitados

de um suporte institucional e legal não foram objeto de atenção plena em nenhum dos sindicatos. Aí reside uma das grandes contradições. O sindicato dos trabalhadores presta apenas apoio jurídico na regularização de seus contratos de trabalho; os demais serviços, inclusive os de saúde, restringem-se aos sindicalizados. O patronal atende exclusivamente os operários das empresas a ele associadas, uma minoria das empreiteiras.

A política sindical tem se mantido à margem de uma discussão ampla, capaz de envolver trabalhadores, técnicos, empresas e demais instituições na criação de mecanismos de preservação da saúde e da vida dos trabalhadores do setor que contemplem inclusive as relações de dominação travadas no cotidiano do processo de construir, geradoras de desgaste físico, mental e emocional. Nas investigações dos acidentes de trabalho, por exemplo, focalizam-se apenas determinados aspectos, muitas vezes secundários, da NR18.

A ausência de requisitos mínimos de segurança reflete-se no elevado número de acidentes graves e fatais, onde predominam as quedas, facilmente evitáveis se nos ambientes de trabalho prevalecessem preceitos éticos de valorização da vida. De um modo geral, mas sobretudo em trabalhadores sem registro, esses eventos desestruturam famílias e ao sofrimento gerado pela perda ou incapacitação de um de seus membros acrescenta os decorrentes da subtração de um aporte financeiro – por vezes essencial, quando se trata do principal provedor do sustento familiar – e da total desproteção social. Raramente obtêm indenizações e pensões, pois o recurso à Justiça que, em princípio, exige um longo e tortuoso percurso, é freqüentemente inviabilizado pela ausência de provas, repetidamente escamoteadas.

Capítulo II

Estratégias da investigação

Este estudo representa uma continuidade da minha inserção no âmbito do Projeto Integrado de Pesquisa “Precarização do trabalho e seus impactos sobre a saúde”, desenvolvido no Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana - CESTEHL, do qual participo desde 1998. No projeto, tinha-se como foco a problemática das transformações atuais do mundo do trabalho e suas repercussões na saúde dos trabalhadores, com particular ênfase no setor da construção civil, devido à proposta de cooperação técnica estabelecida sob essa perspectiva com a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro - Sintraconst-RJ.

Nossa investigação centrou-se na problemática dos acidentes fatais, que inclui desde os vários fatores que contribuem para sua subnotificação às consequências diversas desses eventos para as famílias das vítimas. Por tratar-se de uma categoria composta, em grande parte, por trabalhadores com vínculos de trabalho precários, ou mesmo inexistentes, a identificação desses acidentes - fundamental para nossa investigação - não pode restringir-se à busca das Comunicações de Acidente de Trabalho - CATs. Até porque a não emissão desse documento se estende inclusive a trabalhadores com contrato formal, apesar da maior dificuldade em ocultar os acidentes com morte. Torna-se assim necessário, além de efetuar uma busca ativa dos acidentes ocorridos com trabalhadores sem vínculo formal, recuperar, em determinados casos, aqueles óbitos cuja relação com o trabalho fora descaracterizada. Nosso propósito foi obter o maior número de informações possíveis para descrever, categorizar e analisar esses acidentes, mas pretendíamos sobretudo contemplar as várias dimensões de um sofrimento humano singularizado que não pode traduzir-se numericamente.

Com tal perspectiva, recorreremos inicialmente ao acervo do sindicato, constituído por Registros de Ocorrência Policial- RO, CATs, notícias publicadas na imprensa, relatórios sindicais, certidões de óbito, boletins de emergência de hospitais da rede pública- BE, laudo do IML, carteira de trabalho e ficha da empresa onde ocorreu o acidente.

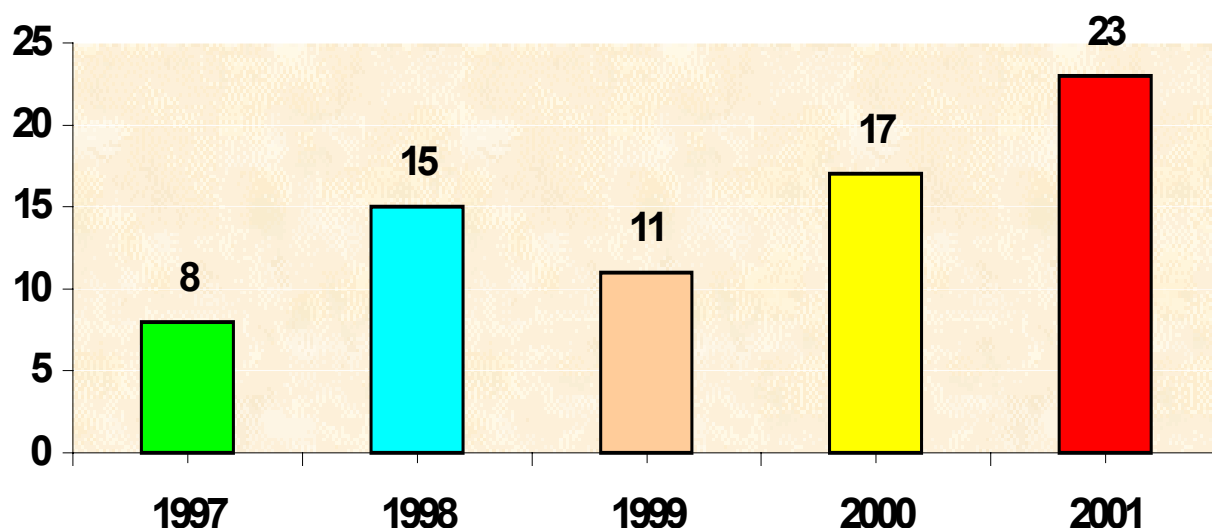
Nossa participação nas inspeções sindicais aos canteiros de obra onde ocorreram mortes no trabalho demonstrou-se profícua, no sentido de coletar dados adicionais que contribuíssem para o esclarecimento de tais eventos. O depoimento de colegas das vítimas, técnicos de segurança do trabalho e mestres de obra, entre outros, embora nem sempre coincidentes, clarificaram aspectos obscuros e nos induziram a aprofundar a investigação de determinados casos. Em algumas ocasiões, o fato de chegarmos aos canteiros logo após a denúncia de acidente fatal possibilitou confirmar diversas formas utilizadas para descaracterizar o evento.

Finalmente, as entrevistas com familiares de operários mortos no trabalho contribuíram para recuperar a trajetória de vida e trabalho dos acidentados, recolher as diferentes versões sobre as circunstâncias em que ocorreu a morte e constatar seus impactos no núcleo familiar.

Sobre os Registos de Acidentes de Trabalho

Do acervo sindical, no período de 1997 a 2001 (Gráfico 1), constam 74 acidentes de trabalho com morte: 8, em 1997; 15, em 1998; 11, em 1999; 17, em 2000 e 23, em 2001. Ressaltamos que esses dados representam somente os acidentes típicos que, por meios diversos, foram identificados.

Acidentes de Trabalho Fatais na Construção Civil no Município do Rio de Janeiro - 1997 a 2001



Fonte: Sintraconst- Rio, 2001

Além do reduzido número de casos localizados, a maioria das mortes no trabalho é identificada apenas por um único tipo de registro, o que redundará na ausência de dados importantes para a nossa investigação. A predominância absoluta é dos RO e das CATs. Em uma minoria de casos, conta-se com outros documentos complementares: matérias divulgadas na imprensa, que incorporam inclusive a opinião de técnicos especializados; relatórios sindicais sobre as irregularidades constatadas na obra; certidões de óbito; boletins de emergência que informam sobre o quadro clínico; carteira de trabalho que confirma o vínculo empregatício; laudo do IML e ficha da empresa.

No conjunto das informações disponíveis foram localizados 74 acidentes fatais no período de 1997 a 2001. 25 casos pelas CATs, 16 através dos ROs, 6 por matérias veiculadas na imprensa, 3 em relatórios sindicais, 2 em certidões de óbito e 1 em boletim de emergência. Em 21 casos, a única referência é a comunicação do acidente

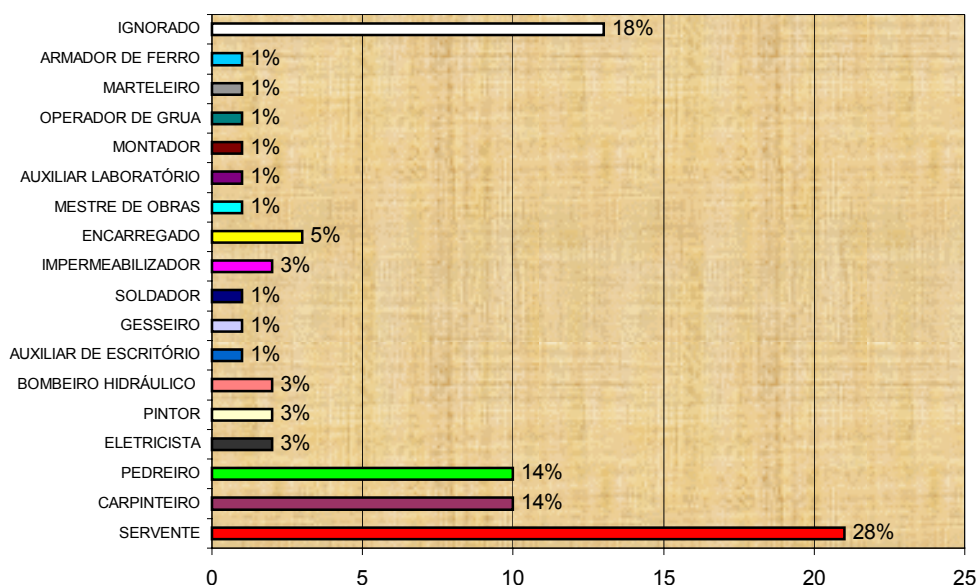
por colegas de trabalho, durante as vistorias aos canteiros de obra, ou por meio do disque- denúncia.

Em determinados casos, a emissão da CAT, como determina a legislação acidentária, resultou da intervenção direta do sindicato dos trabalhadores junto às empresas, o que freqüentemente exigiu uma busca dos ROs por delegacias policiais do Rio de Janeiro para comprovação do acidente. A busca ativa e sistemática nos ROs como fonte de informação demandaria um grande investimento, mas poderia constituir uma aporte significativo para reduzir o grau de subnotificação dos acidentes fatais. Apesar das limitações dessa fonte, Pepe (2002), em estudo recente, constatou 23 óbitos na construção civil do Rio de Janeiro, em 1997, enquanto nesse mesmo ano o sindicato identificou apenas 8.

A partir dos dados coletados no acervo sindical, apesar das restrições já apontadas, foi possível traçar um perfil das vítimas de acidentes fatais, com base nas ocupações, na faixa etária, nas causas de morte e nos vínculos de trabalho estabelecidos.

Entre os trabalhadores mais atingidos (Gráfico 2), destacam-se os serventes obra, com 28% do total. Em seguida, figuram os carpinteiros e pedreiros, com 14% cada um e os encarregados de turma com 5% dos acidentes fatais. Eletricistas, pintores, bombeiros-hidráulicos e impermeabilizadores correspondem, cada um, a 3%. Além das já mencionadas, uma diversidade de ocupações são atingidas por esses infortúnios: auxiliares de escritório, gesseiros, soldadores, mestres de obras, auxiliares de laboratório, montadores, operadores de grua, marleteiros e armadores de ferro, que perfazem, cada uma, 1% do total. A ocupação não é esclarecida em 18% dos eventos com morte, inclusive alguns registrados nos ROs e, até mesmo, nas CATs.

**Ocupação dos Trabalhadores Vítimas de Acidentes Fatais
na Construção Civil - 1997 a 2001.**



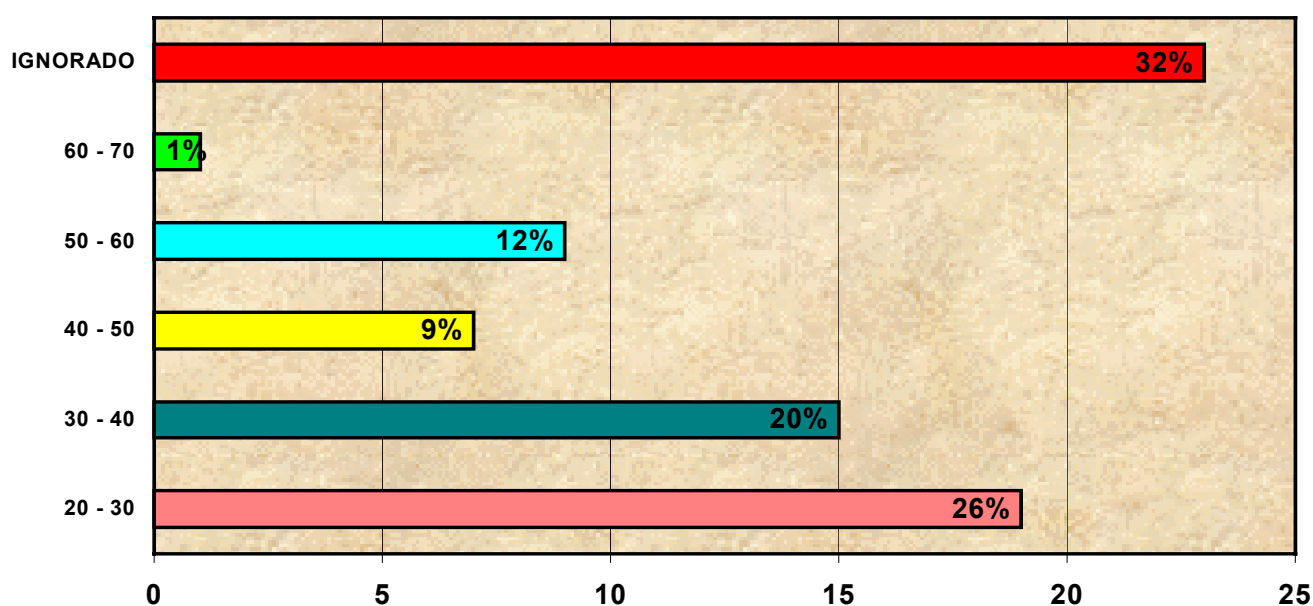
Fonte: Sintraconst- Rio 2001.

Os índices mais elevados correspondem às ocupações que, segundo Melo(1991), por absorverem maior contingente de mão-de-obra e por participarem de várias etapas do processo produtivo, estariam mais expostos aos riscos. Dentre eles, destacam-se os serventes de obra que por sua baixa qualificação profissional estão permanentemente sujeitos às tarefas mais desgastantes. Como demonstram Machado e Minayo-Gomez (1995), postos de trabalho perigosos têm sido ocupados por trabalhadores braçais não qualificados, que incluem os da construção civil.

A distribuição por faixa etária (Gráfico 3) revela a expressiva mortalidade entre os mais jovens, de 20 a 29 anos, que representam 26 % do total. Os profissionais com

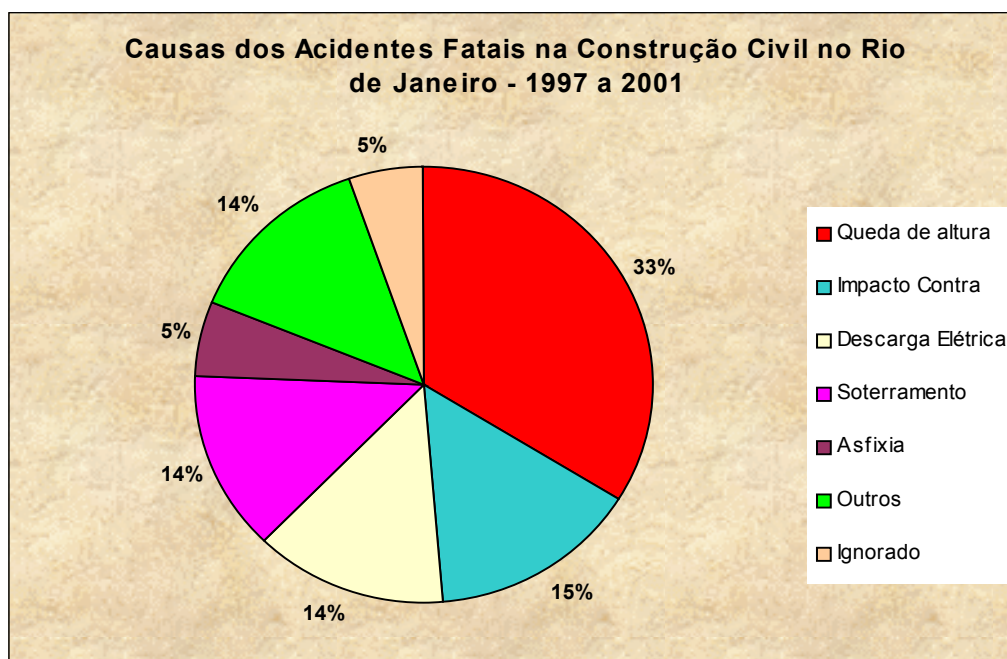
idades entre 30 e 39 anos perfazem 20 %, os trabalhadores de 40 a 49 anos somam 9 %, e o percentual verificado nos operários entre 50 e 59 anos de idade é de 12%. Dos acima dos 60 anos, a frequência encontrada foi de 1% do total. O preenchimento inadequado dos registros de acidentes fatais não revelaram a idade dos trabalhadores em 32 % dos casos.

Faixa Etária dos Trabalhadores vítimas de Acidentes de Trabalho Fatais na Construção Civil -1997 a 2001.



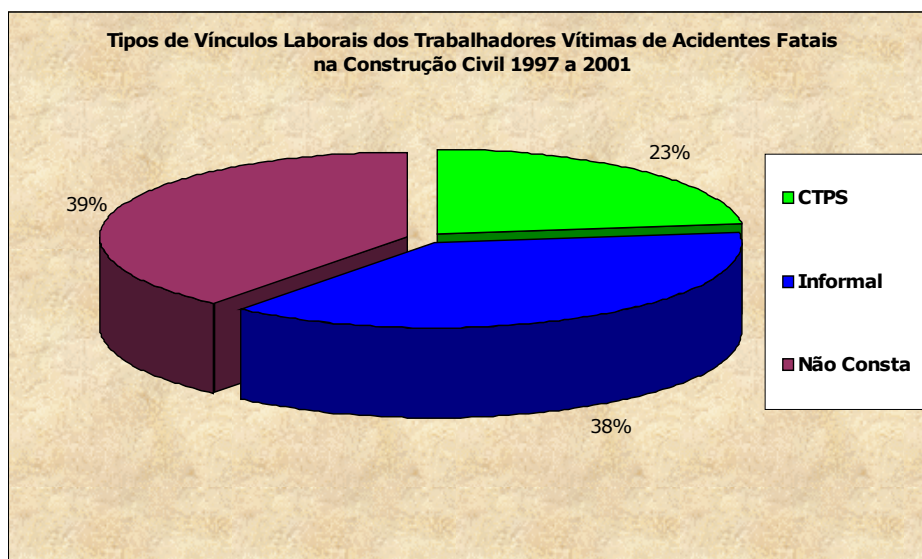
Fonte: Sintraconst-Rio. 2001

As quedas de altura (Gráfico 4) continuam sendo a principal causa das mortes na indústria da construção. São responsáveis por 33% acidentes fatais. Os impactos contra motivaram 15% eventos. As descargas elétricas e os soterramentos foram, igualmente responsáveis por 14% mortes no trabalho. Na categoria outros, agregam-se: atropelamento (1), suspeita de assassinato (1), assalto a ônibus (1), afogamento (1), ruptura de fígado (1) derrame cerebral (1) esmagamento (1), edema pulmonar (1), explosões (2) totalizando 14% óbitos. As asfixias ocasionaram 4 mortes. As causas ignoradas totalizam 5% dos casos.



Fonte: Sintraconst-Rio-2001.

Os contratos de trabalho das vítimas de acidentes fatais (Gráfico 5) apresentam-se diferenciados: os vínculos informais prevalecem em 38% dos casos e os contratos formais, com registro na carteira profissional, somam 23%. As lacunas e deficiências no preenchimento impossibilitam identificar os vínculos trabalhistas em 39% dos registros de morte.



Fonte: Sintracont-Rio-2001.

Vistorias e coleta de dados nos Canteiros de Obras

As visitas aos canteiros de obra, junto com os técnicos de segurança do sindicato, atendendo a demandas dos trabalhadores, particularmente quando aconteciam acidentes fatais, nos permitiam constatar as degradantes condições de trabalho a que estão submetidos muitos trabalhadores terceirizados e, em alguns casos, as práticas utilizadas para ocultar os acidentes ocorridos. As reclamações, em geral, referiam-se à livre atuação de “gatas”, ao atraso de pagamento salarial e demais benefícios indiretos, ao excessivo número de horas extras, às precárias condições de higiene nas áreas de uso coletivo e à má qualidade da alimentação.

Nas entrevistas que efetuamos com profissionais de nível intermediário, surpreendemo-nos que a convivência contínua com situações geradoras de desgaste físico e mental e as exigências da gestão eficaz da mão-de-obra, do ponto de vista da empresa, acabassem por naturalizar as formas adoecer e morrer no cotidiano dos

canteiros. Sob seu comando, impõem-se atividades que requerem do trabalhador destreza e a coragem para executá-las, encarando o acidente como fatalidade intrínseca ao trabalho. Entendemos que a banalização do perigo, as condutas omissas e o silêncio podem decorrer, em muitos casos, da tentativa de se resguardarem de um possível mal-estar perante o sofrimento que, como elos da cadeia de comando, acabam por infligir. Como observa Dejours (1999, p.141): *“Para poder continuar trabalhando é preciso formular estratégias defensivas contra o sofrimento que ele impõe subjetivamente. A participação nessas estratégias torna-se necessária para evitar o risco de que o sofrimento leve o sujeito à crise psíquica e à doença mental. Ainda que ocasionem por vezes um desvio de condutas: aberrantes ou paradoxais.”*

Tivemos a oportunidade de verificar, em determinadas empresas, formas diversas de mascarar, antes de que se efetuasse a perícia policial, as reais circunstâncias em que aconteceram os acidentes fatais. Em um dos canteiros vistoriados, apesar de o operário ter sido vítima de soterramento na tarde anterior, os colegas executavam a escavação do terreno, sem que o local fosse preservado para investigação, acrescido do fato de não ter sido tomada qualquer medida de segurança. O engenheiro responsável informou seu desconhecimento quanto aos tramites legais e que por essa razão ordenou a continuidade do trabalho. Cabe lembrar que, conforme a NR-18, o isolamento da área deve ser mantido por 72 horas após o evento, e sua liberação só poderá ser concedida após investigação por autoridade policial ou do Ministério do Trabalho. Essa infração se constitui em ato ilícito e pode gerar inclusive ação penal.

Em outro episódio em que havia fortes suspeitas de queda de andaime, além de nos depararmos com a ausência de qualquer indício nesse sentido, causaram-nos estranheza tanto o impedimento dos trabalhadores de comentar o ocorrido como a recusa do médico - que prestara os primeiros socorros à vítima - em nos receber. Posteriormente, soubemos pelos familiares que a empresa proibiu-lhes o acesso à obra e, quando puderam ver o trabalhador, seu corpo havia sido lavado, a roupa de serviço trocada e o rosto encontrava-se bastante machucado. A família referiu-nos também que confirmara, por outros meios, ter se tratado de um acidente horrível: queda de andaime.

Observamos outro caso, com características diferentes, em que a empresa não só descaracterizou o local do acidente, como também culpabilizou o trabalhador por sua ocorrência. Tratou-se de um acidente ocorrido com um carpinteiro que, ao testar um

disco incompatível em máquina de policorte, o qual havia substituído por ordem recebida, a peça atingiu seu peito e lhe provocou a morte instantânea. A entrevista com o técnico de segurança e colegas de trabalho revelou as circunstâncias do acidente. O técnico afirmou não ter dúvidas “*de que ele recebeu ordens expressas da chefia para trocar do disco da lixadeira, ele não ia trocar o disco sozinho, com 15 dias na empresa... O desemprego do jeito que está, você acha que ele iria contra uma ordem do engenheiro ou do mestre de obras?*” Os colegas, no entanto, comentaram – sem a presença do técnico - que, durante o inquérito policial, ele dissera que a troca do disco fora realizada por livre e espontânea vontade do operário.

Em síntese, as contradições presenciadas, nas inspeções sindicais, entre os depoimentos de chefias, técnicos de segurança e colegas de trabalho colaboraram para esclarecer alguns determinantes dos óbitos. No entanto, na ausência de indícios que possibilitem uma investigação efetiva da perícia policial, mantém-se a impunidade frente à prática de determinadas empresas que, além de não observarem normas mínimas de segurança capazes de evitar essas mortes, ocultam suas reais causas.

A localização das famílias

A visita domiciliar aos familiares daqueles que morreram no trabalho demandou o maior investimento dentre os procedimentos adotados. Na maioria dos casos, não conseguimos qualquer informação que permitisse localizar as residências. A primeira tentativa foi o envio de correspondência às 15 famílias cujo endereço era conhecido, esclarecendo o objetivo da visita, bem como data e horário previstos. No entanto, apenas 3 famílias receberam a comunicação. Em 5 casos, os endereços não foram encontrados; em 4, os parentes haviam retornado aos seus locais de origem e, em 3, mudado de endereço. Essa limitação foi ultrapassada, em parte, nos contatos mantidos com as famílias que buscavam esclarecimentos jurídico-previdenciários e apoio assistencial na sede do sindicato.

Os maiores obstáculos enfrentados decorreram do fato dos endereços se encontrarem incompletos ou situados em áreas dispersas por bairros da periferia do Rio de Janeiro (zonas norte e oeste) e municípios da região metropolitana (São Gonçalo, Itaguaí, Paracambi, Duque de Caxias, Mesquita, Nova Iguaçu e Belford Roxo). Tais endereços freqüentemente não figuram nos guias de ruas, nem na lista de domicílios com Código de Endereçamento Postal (CEP), por tratarem-se, muitas vezes, de loteamentos recentes ou invasões de terrenos. Sua localização se deu através de sucessivas idas e vindas, do constante auxílio de comerciantes da área - particularmente em farmácias e lojas de material de construção – e de moradores das proximidades. Recorremos, inclusive, à Defesa Civil para a identificação de uma rua, que não constava no mapa mais atualizado do Município de Nova Iguaçu. Em vários casos, as famílias haviam se mudado e novas tentativas foram realizadas a partir de contato com vizinhos ou parentes próximos.

Na busca desses domicílios, sentimo-nos expostos à violência. Em várias oportunidades, fomos alertados por moradores, comerciantes e até pelo serviço social da empresa em que morrera o trabalhador sobre o risco de nossa presença nessas áreas. Num dos casos tivemos que aguardar, nas proximidades, em local mais seguro, a chegada de algum membro da família, com quem realizamos uma breve entrevista em plena rua. Em outros, a própria família teve que nos proteger, negociando nossa permanência no local ou sugerindo que a entrevista fosse realizada no sindicato.

Em diversas episódios nos sentimos inseguros e ameaçados por pessoas estranhas a nos seguir ostensivamente, em becos e vielas. Em contrapartida, também fomos sondados por moradores, sempre prontos a nos ajudar com informações precisas sobre ruas e endereços completos.

Num município da Baixada Fluminense, não tivemos a mesma sorte. Apesar dos cuidados tomados, fomos assaltados por quadrilha fortemente armada. Roubaram-nos o carro, a filmadora e demais pertences pessoais. Embora não tenhamos sofrido qualquer agressão física, o susto e o medo nos fizeram recuar por uns tempos. Para maior segurança, redimensionamos nossa investigação e passamos a realizar visitas domiciliares com prévio contato telefônico, em dias e horários marcados. Essa medida,

entretanto, limitou o número de famílias a serem visitadas, devido ao reduzido número de registros que dispunham dessa informação.

Apenas em dois casos, as famílias recusaram-se a nos conceder entrevista. No primeiro, a esposa - através de contato telefônico – mostrou-se receosa em receber pessoas estranhas, pois seu marido havia sido morto em assalto a ônibus no trajeto para o trabalho. No segundo, depois de percorrermos vários bairros de Nova Iguaçu, localizamos a família. Entretanto, a mãe e dois irmãos da vítima negaram-se a conversar, alegando já terem sido sondados por vários advogados interessados em abrir um processo contra a empresa. Embora reafirmássemos nosso vínculo com uma instituição de saúde, não foi possível convencê-los de nossa intenção.

O Encontro com os Familiares

O encontro com as famílias, no entanto, foi sempre acolhedor e afetuoso. Mesmo as que se encontravam em situação de extrema dificuldade financeira foram receptivas, mas lamentavam não poder nos oferecer maior conforto: *“não repare, a casa é de pobre. Desculpe não oferecer nada!”*

Cansados em sua peregrinação por diversas instituições burocratizadas e sem espaço para a escuta e o diálogo, aceitaram nos conceder entrevistas sobre o acidente, possivelmente pela necessidade em partilhar os sofrimentos vivenciados. Entre eles, a solidão no percurso para garantir seus direitos e a indiferença das empresas e demais órgãos oficiais. Nesse sentido, nossa formação em psicologia favoreceu a aproximação.

As entrevistas foram sempre marcadas pela emoção. Nas lembranças de esposas, pais, filhos e irmãos expressava-se um misto de sofrimento, saudade e revolta em relação às empresas. Em vários momentos, em respeito a dor e ao sofrimento, interrompemos a entrevista para que pudessem se recuperar de tamanha carga emocional. Num caso particular, um pai muito abatido pela morte do filho, a certa altura da entrevista, nos confessou: *“ainda não tenho condições de falar, me desculpe.”*

Respeitamos o desejo de não revisitar o passado e demos encerrada a entrevista. Ao final de cada depoimento, no entanto, me questionava se de fato teria contribuído para atenuar a dor dessas famílias.

Quando necessário, procurava informá-los sobre procedimentos trabalhistas e previdenciários, principalmente com relação à importância da emissão da CAT e às obrigações da empresa. Era uma forma de retribuir tanta cumplicidade e de estreitar laços de solidariedade. Para o esclarecimento de qualquer dúvida posterior, sempre deixava um telefone para contato. Em várias oportunidades, recebi solicitações diversas: emprego para filhos menores e esposas, ajuda financeira na compra de medicamentos ou pedidos de roupas usadas. Às vezes, tratava-se unicamente de uma forma de desabafo sobre determinadas questões. Seus relatos me sensibilizaram como também a alguns colegas do CESTEJ, que me abordavam - quando transcrevia fitas - para saber o porquê daquelas vozes cheias de dor.

Entendia esse processo de contato com as famílias como uma via de mão dupla, na medida que era solicitada e pude colaborar, assim o fiz. Entre outros apoios, chegou-se inclusive a doar alimentos para duas famílias, que passavam por grandes dificuldades financeiras.

As Entrevistas

Realizamos 18 entrevistas domiciliares e uma, como citado anteriormente, no sindicato dos trabalhadores.

Os depoimentos foram tomados de forma a permitir aos entrevistados, em sua grande maioria, esposas de trabalhadores, discorrer livremente sobre os fatos vivenciados, de acordo com seus próprios critérios de relevância. Um roteiro orientador nos permitiu recuperar aspectos importantes que não vieram à tona e aprofundar relatos capazes de contribuir na elucidação de questões centrais para o nosso trabalho.

Em 4 casos, as entrevistas foram filmadas e, em 7, o uso do gravador foi aceito sem qualquer manifestação de constrangimento. Quando sentíamos que esse recurso inibia nossos interlocutores, recorriamos a discretas orientações que ampliávamos, logo após os encontros. Os apontamentos no diário de campo contemplaram a descrição de determinadas situações e o registro de outras circunstâncias cuja a natureza não permitia sua abordagem e inclusão no corpo das entrevistas.

Do conjunto desses depoimentos, extraímos - e passamos a relatar, de forma sucinta - alguns elementos reveladores das injunções que constroem esses construtores anônimos do espaço urbano, com seus nomes preservados por identidades fictícias.

1-Luiz - Nasceu no interior do Estado do Rio de Janeiro. Ainda rapaz, veio para a capital e, desde então, trabalhava na construção civil. Viúvo do primeiro casamento, era pai de um casal filhos, inclusive já com famílias constituídas. Há 16 anos, vivia na companhia da segunda esposa e de um enteado de 19 anos. Tinha 55 anos e exercia a função de carpinteiro de forma. Após passar mais de dois anos desempregado, estava há um ano e meio trabalhando na empresa, com carteira assinada. O emprego o agradava. Pretendia, porém, daqui a dois anos, dar entrada na aposentadoria, voltar para o interior e fazer o que mais gostava: se dedicar à criação de animais domésticos. Luiz trabalhava na varanda do 3º andar, de onde caiu. O andaime onde se encontrava suspenso tinha o piso revestido com madeirite (aglomerado de madeira). Para a empresa, o acidente foi ocasionado porque Luiz não usava o cinto de segurança. Entretanto, para os colegas, a causa principal foi a inadequação, por sua fragilidade, do material utilizado no assoalho do andaime.

2-Silvino - Nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Tinha 30 anos, era casado e pai de seis filhos, com idades de 3 a 11 anos. Aprendeu o ofício de pintor com o tio e chegou a prestar serviço em grandes construtoras. No último ano, esteve desempregado, sobrevivendo de pequenos biscates. A esposa ajudava lavando roupa para fora e todas as crianças freqüentavam a escola, inclusive a menor que passava o dia na creche comunitária. No período em que ficou desempregado, foi com a família para São Paulo, onde a esposa tem alguns parentes. Mas, após alguns meses sem conseguir nada, voltou para o Rio de Janeiro. Recomendado pelo tio, começou a trabalhar numa empreiteira especializada em pintura. Nos quinze dias que trabalhou na empresa, dormia na obra e só voltava para casa nos finais de semana. Essa alternativa era necessária, tanto para economizar o dinheiro da passagem, como também para poupar-se do desgaste físico decorrente do longo trajeto entre sua residência e o local onde trabalhava. Apesar de ser um profissional experiente, não tinha contrato de trabalho legalizado, até o acidente. Nesse dia, Silvino estava pintando, sozinho, a parede do 16º andar. Poucas empreiteiras trabalhavam no canteiro, naquele sábado de carnaval. Por volta das 15 horas, caiu forte chuva seguida de falta de luz elétrica. Suspeita-se que ele tenha tentado descer para o térreo, mas no 13º andar caiu no fosso do elevador, desprovido de proteção como recomenda a NR18. O corpo de Silvino foi localizado cerca de duas horas depois pelos colegas.

3- Márcio - Nasceu no Município do Rio de Janeiro. Desempregado, foi para São Paulo trabalhar com um amigo. Assim conheceu a esposa, filha do amigo, com quem estava casado, há quase um ano. Tinha 25 anos de idade. Com a gravidez da esposa, de 17 anos - era o 1º filho do casal - e sem obter nada além de eventuais biscates, resolveu vir para o Rio de Janeiro. Foi morar com a mulher, na casa da mãe e das irmãs. Quando soube que estavam recrutando trabalhadores no morro onde morava, logo se apresentou e, apesar de ser pedreiro, não se importou de exercer a função de servente. O contrato de trabalho era apenas de noventa dias, mas ele estava animado, porque soubera que logo seria contratado como pedreiro. Márcio não chegou a completar o sexto dia de trabalho. Realizava a escavação de um terreno, quando foi soterrado pelo desabamento de uma barreira. Segundo o engenheiro, foi uma fatalidade, já que todos os funcionários usavam equipamentos de segurança. No entanto, para equipe técnica do sindicato dos

trabalhadores, o acidente foi provocado pela ausência de escoramento. Os representantes sindicais constataram inúmeras irregularidades no canteiro, inclusive outros riscos de acidentes. Nessa obra, estavam sendo executados, concomitantemente, três processos de trabalho diferentes: escavação, demolição e montagem industrial.

4- Raimundo - Carioca, casado pela segunda vez, era pai de cinco filhos, três do primeiro casamento e dois do segundo. Os dois menores tinham dezoito e vinte de idade. Estava com 61 anos e há 38 trabalhava na mesma empresa, da qual foi o primeiro funcionário. A carteira de trabalho estava assinada como encarregado de turma, mas Raimundo exercia a função de motorista, transportando inclusive produtos inflamáveis. O acidente, ainda sem laudo da perícia técnica, não ficou esclarecido. O veículo que dirigia explodiu, em via pública, e Raimundo morreu carbonizado. No momento do acidente, o Corpo de Bombeiros foi chamado e identificou o corpo de Raimundo através do nome da empresa impresso na carroceria do carro.

5-Valdir - Nascido e criado na cidade do Rio de Janeiro, tinha 41 anos, era casado e pai de quatro filhos. Pedreiro, especializou-se na colocação pedras portuguesas, adquirindo grande experiência. Com 29 anos de profissão, e apesar de já ter trabalhado em comércio, desde que se iniciou nesse ramo, tomou gosto pelo ofício que aprendera com o padrinho aos 14 anos de idade. Chegou a trabalhar em empresas de grande porte e tinha várias carteiras de trabalho completas, assim como inúmeras cartas de referência. Faltavam apenas seis meses para se aposentar, exatamente o período que passou nessa empresa sem contrato legalizado. Era o tempo que lhe faltava para comprovar as contribuições junto à previdência social. Nesse emprego, o filho mais velho ajudava o pai no serviço, tanto para poupá-lo do cansaço como para manter o cumprimento dos prazos acertados e obter outros serviços. Valdir vinha se queixando, há alguns dias, de forte dor de cabeça. Até que resolveu sair do trabalho mais cedo e procurar atendimento médico, solicitando ao filho que permanecesse na obra - onde ficava alojado durante a semana - a fim de não interromper a tarefa. No dia seguinte, a família foi avisada,

através do serviço social, que Valdir morreria no hospital. Esse caso, incluído intencionalmente em nosso estudo, apresenta características singulares, pois as causas da morte do trabalhador são desconhecidas. Configura-se, porém, como um exemplo paradigmático das drásticas conseqüências da precariedade de vínculos laborais. Seus dependentes não obtiveram acesso aos benefícios a que poderiam fazer jus, com base no fato de o trabalhador encontrar-se inadimplente, durante 6 meses, junto ao órgão previdenciário.

6- Francisco - Nasceu no interior do Estado do Rio de Janeiro e tinha como ofício a carpintaria. Estava com 61 anos, era casado e pai de 4 filhos: dois menores de idade - dez e quatorze anos - e dois mais velhos - vinte e dois e vinte e cinco anos. A esposa era faxineira e trabalhava na cidade. O filho mais velho exercia a mesma profissão do pai e contribuía no orçamento doméstico. Francisco tinha muita vontade de juntar dinheiro e terminar sua casa. Afinal, só faltavam dois anos para se aposentar. Passou um período desempregado, até que obteve esse emprego com carteira assinada. Logo no primeiro dia de trabalho comentou, em casa, que o serviço era muito perigoso. No terceiro dia, foi surpreendido, junto com dois colegas, pelo desmoronamento da parede ao lado da obra. Francisco foi socorrido às pressas mas, após 3 dias, faleceu.

7- Josias - Nasceu no interior do Estado do Rio de Janeiro, onde trabalhava no corte de cana-de-açúcar, o que lhe rendia muito pouco. Por intermédio de uma tia, conseguiu vaga numa empresa de construção civil do Rio de Janeiro, onde atuava, há 4 anos, na condição de funcionário, como encarregado de turma. Tinha 50 anos, era casado e pai de 4 filhos adolescentes. Sua rotina de trabalho incluía o deslocamento entre vários canteiros, inclusive fora do Rio, cidade onde vivia com a família. Em serviço na Região dos Lagos, Josias prontificou-se a ajudar um colega no manejo do bate-estacas. Segundo alguns companheiros, o cabo de aço que sustentava o bate-estacas estava desgastado, fato não assumido pela empresa. Com seu rompimento, quase duas toneladas (1.800

Kg) de peso caíram sobre Josias. Socorrido por colegas, foi internado e ainda sobreviveu por 15 dias.

8- José - Nasceu na Paraíba. Tinha 62 anos de idade, era casado e pai de cinco filhos. A esposa e o filho contribuíam nas despesas domésticas. O filho era camelô e a mulher, funcionária de uma firma de limpeza. Apesar de viver longos períodos de desemprego, sempre conseguia fazer biscates, em virtude de atuar, há muitos anos, como servente de obras. Essa era a segunda vez que trabalhava na empresa. Na primeira, em 1998, permaneceu durante um ano e, na segunda, seis meses. No entanto, nas duas oportunidades em que prestou serviço, não teve contrato registrado na carteira. A empresa alegou que José foi encontrado morto cercado de grande quantidade de sangue. Já a família queixou-se de que o rosto do trabalhador estava muito machucado, e considerou estranho o fato de usar roupa diferente do uniforme habitual. Nesse caso, levantou-se a suspeita de acidente, embora o laudo do Instituto Médico Legal acuse enfarto agudo do miocárdio e edema pulmonar.

9- Paulo - Natural da Paraíba, estava com 35 anos de idade. Casado, tinha uma filha de três anos e a esposa se encontrava grávida de três meses. Exercia a profissão de gesseiro, com grande experiência profissional. Apesar de ter trabalhado em várias firmas, nunca tivera registro na carteira de trabalho. Quando entrou para a empresa na qual se acidentou, como das outras vezes, foi sem vínculo empregatício. Mas, depois de seis meses, o contrato acabou sendo regularizado. Paulo trabalhava no 13º andar e caiu no vão (35cm x 2,00 m) do ar condicionado até o 3º pavimento. O revestimento que recobria o vão era confeccionado de madeirite, material reconhecidamente impróprio para a proteção.

10-Antônio- Nasceu na Paraíba e residia no Rio de Janeiro há vinte e seis anos. Tinha 55 anos, era casado e pai de um único filho, maior de idade. Desde que chegou de sua

terra natal, atuava como pedreiro na construção civil. Para equilibrar o orçamento doméstico também vendia lanches e quentinhas num *trailer*, em frente de casa. A esposa tomava conta do negócio, durante a semana. Trabalhava nessa empresa há três meses, com carteira assinada. Antônio foi soterrado, quando escavava um terreno, em obra de saneamento básico executada pela Cedae. Dois colegas também foram atingidos, mas conseguiram escapar. Técnicos do Instituto Carlos Éboli apontaram a falta de escoramento como principal causa do acidente.

11-Pedro nasceu na Paraíba e estava casado pela segunda vez. Tinha cinco filhos com idades entre 5 e 14 anos. Tinha 64 anos e estava aposentado. No entanto, continuava trabalhando com carteira assinada, na mesma empresa. Exercia a função de meio oficial de rebaixamento. Como era considerado bom profissional, a empresa o mantinha prestando serviço em vários canteiros de obras, inclusive em outros estados. Veio para o Rio de Janeiro, transferido do Ceará e trazendo mulher e os filhos. Após as dificuldades para instalar a família, manteve a itinerância de sua vida profissional, que não agradava a esposa. Segundo ela, Pedro era muito apegado aos filhos, principalmente ao mais velho que, desde acidente, estava com a irmã, sob a guarda da avó materna, no Ceará, o que aumentava o seu sofrimento. Pedro caiu do 4º andar, ficou paraplégico e com sérios comprometimentos neurológicos. Sobreviveu, dessa forma, por mais de cinco anos, vindo a falecer em 2001.

12-Manoel - Paraibano, veio para o Rio de Janeiro, ainda garoto, na companhia dos pais, com quem ainda morava, solteiro. Tinha 27 anos. O pai, ex-trabalhador da construção civil, sofrera um acidente de trabalho em 1984 e, desde então, estava aposentado, recebendo o pecúlio de 45 reais. Manoel trabalhou durante muito tempo em um supermercado, mas desempregado, obteve através do irmão um emprego na construção civil, onde exercia a função de auxiliar de escritório. Era a principal fonte de renda da família. Manuel foi atingido na cabeça por material (tijolos) suspenso na grua, quando saía do escritório. Segundo a família, em virtude de o canteiro de obras

localizar-se próximo à via pública de intenso trânsito, a empresa cogitou a possibilidade de levar o corpo para rua e forjar um possível atropelamento. No entanto, foi impedida pelos colegas e pelo irmão que chamaram polícia.

13- Samuel - Nasceu na Paraíba e veio para o Rio de Janeiro junto com os pais. Era o filho mais velho de uma família de cinco irmãos. Tinha 21 anos, estava casado e sem filhos. Acostumado a trabalhar, desde os 14 anos, para ajudar a família, mesmo atuando como servente de obras, sempre que podia, contribuía com as despesas da casa dos pais. A família, até o momento, desconhece as circunstâncias do acidente. Até mesmo o andar de onde caiu ainda é motivo de contradição: na CAT consta queda do 4º andar e os colegas afirmam que ele caiu do 7º pavimento.

14- Rui- Natural da Paraíba, solteiro, com 23 anos, veio para o Rio de Janeiro com os três irmãos e, através de conhecidos, conseguiram vaga na construção civil. Apesar da pouca idade, Rui tinha 6 anos de experiência profissional como servente de obras. Há 4 meses, trabalhava junto com os irmãos na empresa e moravam no alojamento da obra. Rui e os irmãos atuavam, com carteira assinada, numa firma de instalação hidráulica. Rui aguardava, no sub-solo, o elevador que transportava o entulho dos andares superiores, pois sua tarefa era descarregar esse material. No dia anterior ao acidente, a plataforma de acesso ao elevador e o dispositivo de segurança (campainha) que antecipa sua chegada haviam sido danificados. Ao se aproximar da plataforma para se assegurar da chegada da carga, teve a cabeça esmagada pelo elevador. Segundo o advogado da empresa, o local estava dentro das condições necessárias de segurança e o trabalhador, indevidamente, colocou a cabeça “para fora” do prédio. Os representantes sindicais, entretanto, apontaram a falta de dispositivo de proteção como a principal causa do acidente. Depois do acidente, o dono da empresa demitiu seus 2 irmãos.

15-Roberto - Pernambucano de nascimento, veio para o Rio de Janeiro trazido pelos irmãos, há oito anos. Tinha 32 anos, estava casado e era pai dois filhos: uma menina de quatro e um garoto de dois anos de idade, que ainda não freqüentavam a escola devido às dificuldades financeiras da família. Era carpinteiro de profissão, mas vivia de biscates ocasionais. A esposa, manicure, sem escolaridade, contribuía nas despesas domésticas. Roberto estava desempregado, há alguns meses, sem qualquer fonte de renda quando o vizinho o chamou para trabalhar. O acidente ocorreu, logo no primeiro dia, poucas horas após o início do trabalho. O imóvel, onde funcionava uma loja de telhas, passava por obras de reforço da estrutura. Segundo um representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura- CREA, essa reforma era irregular e não havia engenheiro responsável. Os 10 operários que atuavam no local não contavam com qualquer equipamento de segurança. Roberto e mais dois colegas foram retirados dos escombros pelo Corpo de Bombeiros e por uma equipe da Defesa Civil. Seus dois companheiros tiveram morte instantânea. Roberto, levado para o hospital faleceu em seguida.

16- Joaquim - Pernambucano, veio para o Rio de Janeiro, há 3 anos, em busca de trabalho. Tinha 23 anos e exercia a função de servente de obras. Nessa empresa trabalhava há 1 ano, com carteira assinada e vaga no alojamento da obra. Os pais continuavam morando em Recife e do salário que recebia enviava uma parte para eles. No Rio de Janeiro contava com o apoio de um irmão e dois primos também operários da construção civil. Noivo, pretendia se casar, brevemente. Sofreu queda do jáu (andaime móvel na fachada da obra), quando trabalhava no 6º andar. O movimento do jáu projetou o corpo de Joaquim para fora, provocando o acidente. Esse equipamento encontrava-se fora dos padrões de segurança e Joaquim não utilizava o cinto de segurança. Com traumatismo craniano, permaneceu internado por 7 dias, antes de falecer.

17-Carlos - Nasceu no Rio Grande do Norte. Tinha 36 anos. Estava casado há 8 anos e vivia com a mulher e um casal de filhos, de 4 e 2 anos de idade. Trabalhara desde muito cedo na agricultura. Veio para o Rio de Janeiro em busca de trabalho e entrou para a construção civil, onde exercia a função de pedreiro. Há 1 ano e dois meses, trabalhava

na empresa, com carteira assinada. Quando assinaram o contrato, garantiram que teria direito, inclusive, ao seguro de vida. Carlos sofreu queda quando trabalhava no 4º andar e os determinantes do óbito no trabalho ficaram obscuros para a família. Segundo a equipe médica que o atendeu, caso sobrevivesse teria grande possibilidade de ficar paraplégico. Carlos faleceu 15 dias após o acidente.

18- Afonso - Nasceu no Ceará. Tinha 60 anos de idade, era casado e pai de um casal de filhos, com 20 e 22 anos idades. Desde que chegou ao Rio de Janeiro, há mais de 30 anos, sempre atuou na construção civil, inclusive prestando serviço em grandes empresas do setor. Pedreiro experiente, passou por vários períodos de desemprego. Quando isso acontecia, o biscoito era a forma de sustento da família. Com 8 meses de serviço numa empresa de grande porte e carteira assinada, aguardava poder dar entrada na aposentadoria. Afonso caiu do 2º pavimento da obra em que trabalhava, ao executar uma tarefa na periferia do 2º andar que se encontrava desprovida de proteção. Afonso desequilibrou-se, sofrendo queda. Apesar de ter tido morte instantânea, a empresa levou o corpo para um hospital da rede pública, na tentativa de livrar-se do flagrante de acidente.

19-Jorge - Natural do Estado do Maranhão, tinha 22 anos e era solteiro. Ainda criança, ficou órfão de mãe e, desde então, ajudava o pai no roçado, razão pela qual só pôde frequentar a escola até o 3º ano primário. Quando completou 18 anos, veio para o Rio de Janeiro, onde conseguiu emprego como servente de obras. Tinha carteira assinada e vaga no alojamento da empresa. A irmã mais velha, casada e com filhos pequenos era sua principal referência familiar, já que o restante da família continuava morando no Maranhão. No dia do acidente, Jorge trabalhava no andar térreo, no fosso do elevador, quando foi atingido na cabeça por um corpo de provas (amostra de forma, própria para teste de resistência do concreto). Segundo o mestre de obras e o técnico de segurança, o atraso no pagamento dos salários e o acúmulo de horas extras tornavam o ambiente de trabalho bastante tenso naquele período. A presença de um estagiário de engenharia, muito exigente, próximo a Jorge levantou a suspeita de assassinato, do qual ele teria sido o alvo não intencional.

A transgressão frontal às normas de segurança no âmbito da construção civil é a principal responsável pelas mortes no trabalho. A presença de condições laborais degradantes e seu evidente potencial de gerar tais eventos desafia qualquer lógica, a não ser que tal lógica resida no absurdo do total desrespeito à vida.

As quedas de altura, causa maior dos acidentes fatais no setor, seriam drasticamente reduzidas em número e na dimensão de suas conseqüências, se respeitados princípios elementares de proteção coletiva presentes na NR18.

Dentre as quedas citadas cuja origem foi identificada, evidencia-se o uso de material reconhecidamente inadequado - madeirite - no revestimento de vãos e andaimes, bem como a ausência de proteção no fosso do elevador. Quanto às demais, numa patente manifestação de indiferença com às famílias das vítimas, as empresas persistem na prática de omitir informações e, algumas vezes, imputa ao trabalhador a culpa pelo acidente. A nebulosidade que permeia esses fatos expressa-se inclusive na contradição entre o registro numa CAT - queda do 4º andar - e o testemunho de colegas - 7º andar.

Outros episódios, no entanto, apontam a contínua negligência com as normas de segurança. A utilização de material desgastado - negada pela empresa - e confirmada por colegas - redundou no rompimento de cabo de aço que sustentava um bate- estaca. A ausência de escoramento, procedimento indispensável em escavações, foi apontado como causa de 2 casos de soterramento, respectivamente pelo sindicato e pelo Instituto Carlos Éboli, embora num deles, o engenheiro responsável insistisse em atribuí-lo à fatalidade. Em outra ocorrência de soterramento, por desmoronamento de um prédio em reforma, o CREA constatou uma série de irregularidades e a absoluta ilegalidade da obra, inclusive quanto à responsabilidade técnica. Tal evento redundou na morte de 1 trabalhador, nas primeiras horas de seu primeiro dia de trabalho. Essa constante omissão das empresas repercutiu ainda no óbito de um trabalhador que, no primeiro dia de trabalho pressentira o perigo a que estava exposto e morreu, 2 dias após, devido à queda de uma parede, quando faltavam apenas dois anos para sua aposentadoria.

A explosão de um veículo contendo produtos inflamáveis e dirigido por um trabalhador desviado de função, ao permanecer sem explicação, traz à tona uma outra prática - a de não elucidar eventos fatais a contento e em tempo hábil, remetendo-os quando possível, a um intencional esquecimento. Mesmo em se tratando, no caso em questão, de um operário com 38 anos de empresa, da qual foi o primeiro funcionário.

Entre as condutas fraudulentas para escamotear os acidentes fatais, a mais comum é a descaracterização dos locais onde ocorreram. Subtrair indícios inviabiliza a atuação da perícia técnica. A família de um operário, cujo rosto deformado e outros vestígios suficientemente claros levam à suposição de queda de altura, defronta-se com o laudo do IML que aponta como causa de morte infarto agudo no micárdio e edema pulmonar. A tentativa criminoso de transformar o acidente sofrido por um auxiliar de escritório, atingido no local de trabalho por tijolos caídos de uma grua, em atropelamento, pela remoção do cadáver para via pública, embora a polícia tenha sido chamada para evitar que se consumasse, não implicou o indiciamento dos responsáveis. A tentativa de levar o corpo para o hospital para se verem livres do flagrante constitui-se em mais um ignomínia. Da mesma forma, a suspeita de assassinato de um trabalhador não mobilizou as autoridades para uma investigação mais criteriosa. A freqüente impunidade reforça e amplia tais procedimentos.

A esses comportamentos reprováveis acresce-se, em vários casos, a inexistência do contrato de trabalho registrado em carteira, dificultando às famílias o acesso aos benefícios a que teriam direito. Pela ausência desse registro, os familiares de um trabalhador foram excluídos do auxílio previdenciário, quando faltavam apenas 6 meses para aposentar-se. Em outro caso, após passar toda a sua vida profissional, na informalidade, o operário acidentou-se e faleceu, pouco tempo após obter o registro em carteira.

Em meio a essa trama, prevalece a morte de jovens trabalhadores. No entanto, profissionais experientes, próximos da aposentadoria e até mesmo já aposentados, estão sujeitos a um conjunto de omissões de natureza diversa que circunstanciam sua vida laboral. As histórias desses operários passam, repetidamente, por longos períodos de

desemprego, motivo pelo qual são levados a submeterem-se a condições degradadas e degradantes de trabalho.

A luta pela sobrevivência de forma digna confronta-se com modos perversos de viver e de morrer.

Capítulo III

As tramas do acidente e as marcas da desproteção

“Todo dia ele me dava dois beijos: um quando ele saía e outro quando voltava do trabalho. Nesse dia ele me deu um beijo, desceu a escada, voltou e me deu mais um beijo... era o beijo da ida e o beijo da volta.”

Esposa do Valdir.

As famílias dos acidentados a que tivemos acesso nos revelaram uma diversidade de situações de sofrimento que têm em comum a experiência anônima de desamparo social que vem somar-se ao descaso com as vidas humanas manifesto nas degradantes condições de trabalho presentes em muitas empresas. Seguiram trajetórias semelhantes às de outros operários que saíram dos locais de origem – principalmente da região nordeste - para os centros econômicos do sudeste do País, em busca de melhores oportunidades de trabalho, mas suas vidas foram ceifadas no próprio trabalho. Nada melhor que as palavras da esposa de Josias para expressar o sentimento latente nas demais famílias frente a esse desfecho fatal: *“isso tudo, para acabar assim”*, embora se referisse especificamente à dedicação ao trabalho de seu esposo.

A insensibilidade das empresas continua quando raramente comunicam o acidente de trabalho fatal aos familiares, nem explicam suas causas. Do total de famílias entrevistadas, apenas em dois casos a empresa encarregou uma assistente social de visitar a família e informar o acontecido. Na maioria das vezes, são os colegas de trabalho que enfrentam a situação constrangedora de entrar em contato com as famílias

para comunicar o fato. Em algumas ocasiões, essa situação se agrava frente ao temor do impacto que a notícia poderá causar, como transparece na fala da esposa de Márcio:

“No dia do acidente eu estava com oito meses de gravidez, estava vendo na televisão o Jornal da Tarde. Aí, deu na televisão que tinha morrido uma pessoa na obra. Na hora eu achei que era ele. Depois o vizinho, que também trabalhava na obra, chegou lá em casa, mas ficou com medo de contar porque eu estava grávida. A mãe dele começou a chorar, a ficar pedindo para ele falar logo e foi assim que eu fiquei sabendo que ele tinha morrido.”

Essa omissão das empresas é verbalizada constantemente pelas famílias.

“O acidente foi na segunda-feira, dezesseis e trinta e eu só fui saber na terça- feira, às nove e tanto da manhã”, esclareceu a esposa de Josias, ressaltando que o aviso chegou através do cunhado: “ Foi meu cunhado, porque a firma compra ferro na loja que meu cunhado trabalha. Então, ele ligou para minha vizinha e minha amiga passou para mim.” Revoltada, questiona ainda a versão dada para o acidente: “O cabo de aço (que sustenta o bate-estaca) arreventou, e o peso se soltou lá em cima dele. O rapaz (colega) escutou uma conversa, que escapuliu lá na firma, que o cabo de aço estava emendado, mas nós não podemos afirmar porque a gente não sabe. Agora, lá na delegacia, ninguém falou nada disso. Disseram que o cabo de aço era novo, que isso acontecia mesmo e que esse acidente era normal. Eu não acho normal um cabo de aço arreventar. Para mim, até agora, não tem nada de normal !”

A esposa de Antônio reclama, inconformada, dessa prática da empresa:

“Inclusive, houve omissão de informação, porque o acidente foi às doze e trinta e só avisaram às oito da noite. Eu morando aqui em frente à Cedae, a obra sendo há duas quadras daqui, o porteiro que veio me avisar. O acidente foi no Jardim Clarice, era aqui pertinho, a Cedae é aqui em frente. Nesse dia, eu vi eles conversando. Meu filho estava em

casa, eles não falaram nada para mim. Só disseram que ele estava escavando um buraco de mais ou menos seis metros e que, de uma hora para outra, tudo caiu em cima dele e quase vai mais dois colegas junto.”

Esse caso, por ter ocorrido em via pública, em obra de saneamento básico realizada pela Companhia Estadual de Água e Esgotos - CEDAE, teve maior repercussão na imprensa. Técnicos da Defesa Civil estiveram no local e apontaram - como noticiou o *Jornal O DIA* - falhas na obra. A escavação de dois metros de largura e seis de comprimento deveria ter pranchas de madeira para evitar o deslizamento de terra. Os técnicos de Instituto Criminalista Carlos Éboli também vistoriaram a área e atribuíram à falta de escoramento do terreno a principal causa do acidente.

Já no acidente ocorrido com Jorge, conforme relatou seu cunhado, dificilmente, as causas serão esclarecidas:

“Quem avisou a gente foram os conhecidos dele da firma. A empresa mesmo não falou nada. A gente não sabe explicar o que aconteceu, cada um diz uma coisa: uns falam que um “negócio” caiu lá do andar, outros dizem que alguém jogou no fosso do elevador... Só que até agora nada. A família fica sem nenhuma explicação!”

Jorge trabalhava no fosso do elevador, no andar térreo, junto com um estagiário de engenharia e um pedreiro, quando foi atingido na cabeça por um corpo de prova. Durante a visita que realizamos ao canteiro, o mestre de obras relatou que, em seus 30 anos de construção civil, nunca presenciara nada parecido. Para ele, não se tratou de um acidente; foi proposital. Esclareceu que, pela manhã, inspecionara todos os andares do prédio e, no vigésimo primeiro andar, havia três corpos de prova encostados na parede, dos quais, depois do acidente, só dois foram encontrados. O técnico de segurança do trabalho também manifestou sua suspeita de que se tratava de assassinato:

“Estava uma fase muito difícil, o salário atrasado, o pessoal fazendo hora extra direto, todo mundo revoltado. Na obra tem um estagiário (de engenharia) que ninguém gosta dele porque exigia muito do pessoal. Na hora que caiu o corpo de prova no fosso do elevador, o Jorge estava

junto desse estagiário. O pessoal desconfia que seja vingança, mas só que pegou no rapaz que não tinha nada a ver. Em todos os andares, havia equipes trabalhando, mas no 21º faltava um dos três corpos de prova que lá se encontravam. Não tem como provar o autor, porque ninguém viu nada.”

Em outros casos, como no de Luiz, também não houve laudo pericial. Era carpinteiro de forma e estava trabalhando no 4º andar. Alguns colegas afirmam que o andaime de madeira quebrou, causando o acidente. Para a família, nada ficou esclarecido até o momento. Sua esposa, chorando muito, nos relatou:

“No dia do acidente, quem veio me avisar do acidente foi um amigo dele que mora aqui próximo, mas ele disse que ele estava no hospital e que já estava tudo bem. Quando a gente chegou lá, eu me desesperei. Como? O meu ‘velhinho’ morreu? Eu não conseguia acreditar. Uma pessoa alegre, cheia de vida... Até hoje não acredito direito no que aconteceu com ele. Ele saiu de casa bem. O chefe da segurança disse que ele estava sem cinto de segurança, ele caiu de bruços, levaram ele para o hospital, mas já estava morto.....”

A esposa de Silvino comenta, indignada:

“Quem veio me avisar da morte dele não foi ninguém da empresa, foi um colega. E, na firma, ainda queriam dizer que ele estava bêbado na hora do acidente. Eu disse que ele não era homem de beber. O negócio dele era trabalhar e botar comida dentro de casa. O único problema que ele tinha era problema de estômago, por causa do cheiro da tinta.”

Difícilmente será também esclarecida a causa da morte de José, como revelou a esposa, desconfiando da versão da empresa e do silêncio dos colegas:

“A empresa afirma que ele foi encontrado caído depois do almoço, no ginásio de esportes em volta de grande quantidade de sangue. O laudo do Instituto Médico Legal informa que foi morte natural: edema

pulmonar, infarto no miocárdio. Para a viúva, a história foi bem diferente. “ O rosto dele estava todo machucado... eu acho que ele caiu do andaime, eu ouvi esse boato, mas ninguém quis confirmar. Quando a gente soube do acidente, fomos lá e não deixaram a gente entrar de jeito nenhum. E quando a gente entrou, ele estava de banho tomado e de casaco; não com roupa de serviço. Os colegas dele ninguém quer falar sobre o assunto, mas a mãe de um rapaz que trabalhava com ele disse que ele caiu do andaime e que foi um acidente horrível Ele estava muito ensangüentado e foi preciso dar um banho nele... mas isso não podemos provar, não é? Os colegas dele, ninguém me dá uma explicação... viram a cara para mim, ninguém fala nada, dizem que não sabem nada, nem falam mais comigo... não sei por que.”

No caso de Manoel, o quadro denunciado pelo pai é ainda mais perverso e criminoso. Seus dois filhos trabalhavam na mesma obra e o mais novo foi atingido na cabeça por material suspenso na grua, tendo morte instantânea. A empresa, para se eximir da responsabilidade, resolveu se livrar do corpo:

“O médico e as chefias de lá queriam jogar o corpo dele na rua, para dizer que ele foi atropelado. O irmão dele e mais os colegas não deixaram e chamaram a polícia... Inclusive, o irmão dele não quis mais trabalhar lá, ficou muito revoltado. Até hoje a empresa nada fez, não prestou conta de nada...”

A dor da perda

Dentre as muitas manifestações de sofrimento pela perda de um ente querido, reproduzimos algumas que falam por si mesmas.

A mãe de Samuel, mostrando a fotografia do filho, relembra:

“Ele era o meu primeiro filho, o mais velho, muito amoroso. Mesmo casado, ligava para mim todos os dias, ajudava nas despesas com os irmãos menores. No dia do acidente, ficaram com medo de me dizer porque eu estava grávida de 8 meses. Só soube três dias depois. Fiquei muito nervosa e percebi que a criança não mexia mais. Fui ao médico, ele examinou, fiquei internada... acabei perdendo. Eu perdi dois filhos de uma vez!”

A esposa de Luiz expressa a saudade que ainda sente e as lembranças que guarda do marido. Quase não consegue falar, tal sua emoção.

“ Tudo aqui me lembra o meu velhinho, eu não consigo mais dormir nessa cama. Tá vendo essas bonecas? Era ele quem me dava de presente. Era muito carinhoso. Ele nunca teve vergonha de mim (apresenta deficiência nos braços e nas mãos). Me tratava como uma rainha. Toda sexta- feira, me trazia salgadinhos. Criou o meu filho desde pequeno como se fosse um pai. Até hoje os bichinhos (patos), que ele andava com eles no colo, estão com saudades dele. Homem como esse, eu jamais vou encontrar!”

O pai de Manoel recorda, chorando, o filho perdido:

“Ele era um filho muito querido, esse filho era tudo para mim. Levantava às 4 horas da manhã para fazer café para mim e para a mãe dele; onde ia, sempre me tomava a bênção. É muito triste perder um filho assim, rapaz novo, trabalhador...”

A dor com a perda do marido ou com a gravidade do acidente, aliada aos numerosos entraves de toda ordem, acaba abalando o estado emocional, podendo transformar o sofrimento em adoecimento. O uso de medicamentos é freqüentemente mencionado:

“Pra mim, foi um pesadelo, minha vida acabou, a gente não dorme. Eu estou doente, tomando remédio de pressão, remédio pra dormir. Meu garoto está traumatizado com a morte dele e a gente está sofrendo muito”, desabafa a esposa de Josias.

“Chorei muito, porque eu ando muito deprimida. Quero vender minha casa e ir me embora, eu não quero mais ficar aqui. Eu não tenho mais estrutura emocional. Até os dois anos eu agüentei, mas passou dos três anos. Essa gordura aqui é remédio, me passaram remédio, eu estou tomando Analapril e outro que eu não sei. Eu descobri isso tudo depois que ele adoeceu, que eu não tinha nada não. Quando ele adoeceu, eu estava com 85 quilos e tive que fazer dieta. Fazer dieta como? Eu passo o dia com fome, se eu for para o tanque lavar aquela ‘rouparada’ dele tem dia que eu saio 7 horas da noite.” (esposa de Pedro).

“Eu não durmo mais, porque lembro dele. O que é que eu vou fazer agora? Acabou tudo! Deus precisou de um carpinteiro no céu... As pessoas dizem para eu não chorar mais pelo meu velhinho, mas eu choro mesmo. Sinto tanta saudade, não me conformo com a morte dele. Depois disso tudo, fiquei muito nervosa ... não durmo mais, não consigo comer.”(Esposa de Luiz).

“Eu fiquei muito nervosa, tomo remédio para os nervos (Diazepam).”
(Esposa de Silvino).

“Depois que ele morreu, tudo mudou. Não tenho mais sossego, eu estou vivendo à base de calmante.” (Esposa de Raimundo).

Em dois dos casos, a dor começou na etapa que precedeu à morte do marido. A esposa de Josias recorda, consternada, os dias em que passou hospitalizado, antes de falecer:

“ele lembrando do acidente, lembrava de tudinho que aconteceu com ele. Eram 1800 quilos que caiu em cima dele. Ele ficava gritando, com

as mãos para cima, não! não! Era para o ferro não cair em cima dele. Ficou muito inchado; não podia botar a mão nele, que ele gritava. Passou 15 dias sem dormir.”

No caso de Pedro, foram mais de 5 anos de martírio, compartilhado pela esposa, o que se depreende de fragmentos de seu depoimento:

“Ficou 23 dias, sem abrir os olhos, em coma profunda. Os médicos perguntaram se queria que operasse. Se ele operasse, ele tinha possibilidade de não sair da mesa de operação, porque o quadro era muito crítico. Se não operasse, tinha possibilidade de ficar vivo, mas aleijado. Falei: não, prefiro ele vivo do que morto.”

“Com 53 dias, ele foi mandado para casa. Só osso, como você está vendo aqui na foto e ali ele já estava mais gordo...”

“O buraco (escara) que tinha nas costas de Pedro era osso puro. Quando eu vi aquilo, eu falei: Meu Deus, será que eu vou conseguir? Eu passei um ano pedindo aqui, acolá. No caso dele, tinha que ter feito um enxerto primeiro. Mas não, me devolveram ele assim, osso puro. Quando eu ia limpar, a gaze engajava na fibra.”

“A crise convulsiva é assim: ele começou se batendo, se batendo, a língua enrolou... Aí, morreu, prendeu a respiração. Como eu vejo na televisão aquele Plantão Médico, me lembrei que a mulher puxou a língua do homem. Puxei a língua dele, já estava preto, ressuscitei. Chamei dois vizinhos, arrastamos ele até o largo onde tem carro e levamos ele para o hospital. Lá, jogaram ele num negócio que é mais ferro do que cama, ficou lá. Falei: moço, Pedro está com dor de cabeça precisa de medicamento. Deu duas injeções, uma de um lado e outra do outro. Pronto, largou lá. Eu falei: me dê um lençol para cobrir meu marido que ele está com frio. Depois falei: dê um remédio para ele dormir, que ele não está conseguindo. Deram uma injeção, ele dormiu. Quando foi 6 horas da manhã, iam botar o soro, mas a veia estava muito

fraca. Eles falaram: não bota não, que não precisa. Ele tomou só o injetável no braço.”

Em prantos, a esposa relata o que vem consumindo o marido, além do sofrimento físico:

“ a família dele não visita, não tem visita de ninguém, sente saudades do filho que está longe... Tem hora que eu penso que ele acha que está perto de morrer e queria ver o filho. Acho que é por isso que ele fica chorando direto, chega estar de olho fundo.”

Paraplégico, com crises convulsivas, praticamente cego – “*ele vai fazer um exame para saber se vai operar ou não, por causa da disritmia*”- Pedro ainda sonha em voltar para sua terra e, em seu devaneio, curado:

“Eu queria que Jesus me abençoasse, que eu conseguisse um tratamento para ele no hospital para botar meu velho de pé. O maior desejo dele é chegar no Ceará andando. Todo dia, ele fala: mulher, tu ainda não conseguiu o dinheiro para a gente ir embora. Eu falo: meu velho, tenha paciência que eu vou conseguir.”

“ Meu marido tem dia que está agressivo, outro dia ele está bonzinho, me abraça e me beija. Tem dia que, se eu não tomar cuidado, eu levo é soco! Tantos anos em cima de uma cama... não é fácil!”

“Eu quero uma solução, porque não agüento mais ver ele sofrer.”

A árdua luta pelos direitos

Sem uma fonte de renda, freqüentemente a principal, as famílias passam a enfrentar dificuldades para suprir as necessidades básicas de sobrevivência. Seu

sofrimento vem acentuado pela indiferença das empresas, o que se reflete na demora dos trâmites para o recebimento dos benefícios legais, como a pensão alimentícia e o seguro de vida.

Nesse sentido, o depoimento da esposa de Antônio é contundente:

“Estou passando a maior dificuldade, sem gás, sem água. Hoje eu deixei as crianças só com água...Não recebi nada até agora.. O dono empresa disse que o único direito que eu tenho é a pensão do INSS. Eu ligo para ele, pedindo para dar baixa na carteira de trabalho, e ele nem atende o telefone. Manda a filha dele falar comigo e eu não posso agir em nada.”

Um quadro similar, com matizes diferentes, foi descrito por outras famílias:

“A empresa não compareceu em hora nenhuma. Só que eu comecei a ligar para eles, dizendo que eu estava sem dinheiro até para pagar o enterro. O enterro foi 530 reais e cada um da família teve que dar um tanto. Eu pedia o dinheiro e eles diziam que o meu marido não tinha direito a nada! E que ele só tinha direito àquela semana de trabalho. Aí, com muito custo, eu insisti e eles mandaram eu ir lá na Barra da Tijuca. Um frio terrível! Chegando lá, eles não compareceram. Eu passei a maior humilhação... não tinha dinheiro nem para vim embora, tive que pedir para o rapaz um vale transporte. Aí, com muito custo, ele disse que ia dar 200. Fui lá encontrar o rapaz lá na Central do Brasil, ele me deu os 200 reais.” (Esposa de Valdir).

“A firma só me pagou o salário dele, 400 reais, enquanto não saía a pensão e mais nada!. O INSS mandou uma correspondência, dizendo que eu vou receber 136 reais. Como eu vou viver com esse dinheiro? Eu pago 100 reais de aluguel nesse barraco (de madeira, com um único cômodo, que abriga 7 pessoas). Antes dele morrer, eu lavava roupa para fora, dava para tirar uns trocados, mas agora não tenho com quem deixar as seis crianças.” (Esposa de Silvino).

“Minha situação financeira é seguinte: eu recebi a rescisão de contrato dele, 800 reais. Para não brigar com os filhos dele (filhos do primeiro casamento), dividimos em três partes iguais, eu fiquei com 140 reais. Até agora, não recebi nada de seguro de vida e, se receber, vou ter que dividir com os filhos dele. Esse terreno pertence aos filhos dele que não querem que eu reforme a casa e nem que eu construa outra. Então, eu só penso em ir embora. Mas sem dinheiro, o que é que eu vou fazer? A casa, quando chove, molha tudo. Eu vou para cozinha com medo que desabe. A água vêm até no joelho.” (Esposa de Luiz).

“A empresa, até agora, nada. Só manda a metade do dinheiro. Tem semana que tem, semana que não tem. Ela manda 50 reais, outra hora manda 100. Essa semana me mandou 47 reais. Eu vivo com o dinheiro que a empresa manda, só que as minhas contas não dá. Mandou uma cesta básica e mais nada.” (Esposa de Josias).

Em alguns casos, as empresas ficam apenas na promessa:

“No dia do acidente, eu estava com oito meses de gravidez. Logo depois, eu fui para São Paulo ter o menino perto da minha família. A criança nasceu com problema de pulmão e ficou na UTI da maternidade. A empresa me procurou e me pagou 160 reais que era o dinheiro do mês ... Ele só trabalhou 6 dias na firma. Eu não tenho dinheiro para comprar remédio, quem me ajuda é meu pai. Quando ele morreu, a empresa me procurou no dia do enterro e disse que ia pagar os dias de trabalho. Me disse que ia pagar tudo direitinho, que o meu filho ia ter seguro de vida, que iam pagar escola até dois anos de idade e tudo mais. Mas até agora não me pagaram nada e eu estou numa situação horrível, porque como não sou daqui as pessoas que eu conhecia eram da família do meu marido. Eu só estou aqui para resolver esses problemas e ir me embora... o meu filho está doente no hospital, eu não posso ficar aqui muito tempo.” (Esposa do Márcio).

“Ontem, eu liguei para lá, falei com o dono da empresa. Ele falou: não, a gente não vai deixar a senhora na mão. Ele me pediu, antes de morrer, que não deixasse a senhora sem dinheiro. Mas é que a gente estamos vendo aqui como vamos fazer para pagar a senhora; é que ainda não deu. A gente está esperando para ver com o sindicato um dia para lhe pagar. Assim que eles marcarem, eu mando a senhora vim. Mas só que está demorando. Eu tenho esperança que eles paguem. Vamos vê, não é? ... Mas eu estou assim meio desconfiada, porque está demorando demais. Se demorar muito, depois a gente não recebe. Eu tenho medo de não receber.” (Esposa de Josías).

O desconhecimento dos direitos e a desinformação constituem mais um agravante na vida das famílias:

“A empresa pagou o seguro de vida parcelado em cinco vezes, cada parcela de 1.000 reais, o salário dele e mais duas cestas básicas. Eu procurei um advogado que disse que a empresa agiu certo comigo. Só que eu não sei, porque faltavam dois anos para ele se aposentar. O meu filho mais velho quer botar na justiça. Eu sou da roça, não tenho conhecimento, quem resolvia tudo era ele. Eu sempre trabalhei de empregada doméstica, com faxina. Agora, como tenho que resolver tudo sozinha, tive que sair do emprego, porque eu comecei a faltar muito e não deu para continuar”. (Esposa de Francisco).

“Eu perdi mais um dia de trabalho, vou ser descontada de novo. Ficam me jogando de um lado para o outro até eu perder meu emprego. Eu trabalho de faxina, cada dia que eu perco é menos dinheiro.” (Esposa de José).

“Porque ele era o cabeça. Eu não trabalhava, eu ficava com as crianças, ele quem resolvia tudo. Para mim, está muito difícil resolver os problemas no lugar dele. Está muito difícil! Eu já andei de ficar com os pés calejados de tanto andar. A gente com fome, doente, nesse sol... É muito triste! Eu vou com as crianças, não posso ir sozinha, porque fico

tonta por causa da pressão. Isso aí não vai me dar ele de volta de novo, mas só pelo desaforo e pela vingança. Não estou conformada com a morte dele! “ (Esposa de Josías).

O relato da esposa de Raimundo ilustra, sob muitos aspectos, o emaranhado de situações em que se vêem envolvidas as famílias das vítimas. Raimundo era encarregado de obra, mas atuava como motorista e, segundo a viúva, transportava cargas inflamáveis.

“Ele trabalhava há 38 anos nessa firma, só com carteira assinada, já era até para ter se aposentado. No dia do acidente (uma explosão em que o trabalhador morreu carbonizado), o engenheiro ligou para mim, disse que a nossa situação ia ficar tudo resolvido. Ele era o funcionário mais antigo e todo mundo gostava dele porque ele era muito trabalhador. Mas, depois que ele morreu, tudo mudou. A empresa não pagou nada e eu também não fui procurada por ninguém da empresa.”

O desamparo, o mergulho no labirinto dos procedimentos para obter seus direitos, a dúvida sobre o que ocorreu tumultuam seu cotidiano.

“Ainda não recebi um tostão, estou desesperada. Os documentos dele, eu tive que tirar tudo de novo. Vou no INSS e lá eles pedem os originais. Como pode? Se foi tudo queimado... Além disso, quando meu filho foi tirar o atestado de óbito, ele estava nervoso e deu alguns dados incorretos: que eu era esposa dele (era companheira há 25 anos), que ele era motorista. Então, esse atestado não valeu. Estamos esperando sair o novo atestado. Teve alguns parentes dele que viram o acidente (moram no local onde ocorreu) e tentaram me avisar, mas não conseguiram. Então, a gente não sabe até agora o que realmente aconteceu. Se foi um problema com motor do carro ou com o material inflamável que ele carregava. Ainda estamos esperando o resultado da perícia.”

O descaso das empresas frente aos padecimentos das famílias chega ao ponto de inviabilizar, de forma ilegal, a possibilidade de obter a pensão a que a esposa e os filhos

têm direito, devido à falta de registro na carteira de trabalho do período trabalhado na empresa até acontecer o acidente:

“Ele tinha 29 anos de profissão, só de construção civil. Ele passou por muitas empresas, empresas grandes, tinha várias carteiras de trabalho tudo cheias. O INSS quer os últimos 10 anos corrido. Só faltam 6 meses, que é justamente os 6 meses que ele estava nessa firma. Só falta isso para eu poder receber a aposentadoria. Esses 6 meses que estão faltando para completar...Tão pouco, para esperar tanto!” (Esposa de Valdir).

Essa situação já veio precedida de outros agravantes. Na véspera do falecimento, Valdir saíra da obra, no final da tarde, com forte dor de cabeça, em busca de assistência médica. O filho - que trabalhava com ele, também sem carteira assinada – permanecera, a pedido do pai, para continuar o trabalho que executavam juntos. Por residir no alojamento, desconhecia que o pai entrara em coma e falecera. No dia seguinte, como Valdir não chegasse no horário habitual, segundo a esposa, seu filho foi sumariamente demitido:

“Você pode ir embora, o seu pai é um irresponsável mesmo! Aí, quando eles descobriram que meu marido tinha morrido, eles ficaram tudo surpreso, readmitiram meu filho, mas ele não quis voltar. Além de ter acontecido com o pai dele, aconteceu com ele. Ele nem quis botar a firma na justiça: para mim, eu não vou esquentar a cabeça com isso. Vocês resolvam a situação da minha mãe, que eu tenho irmão menor.”

No entanto, para tentar resolver a situação, a família teve que embrenhar-se por caminhos tortuosos:

“Eu estive lá no sindicato, fui com meu filho e minha filha, mas eles disseram que tinha que ir no INSS pegar um papel. Fui no INSS, só que eles não quiseram me dar o papel, porque ele não tinha tempo na carteira. Aí, fui fazer uma conciliação. Mas lá na CCP, eles (a empresa principal) até dariam o dinheiro, mas não assinavam a carteira. Aí, a gente preferiu botar na justiça ... Então, voltei para o sindicato e, chegou

lá, eles me mandaram abrir um processo de inventário, porque mesmo ele não tendo nada tem que ter. Vai ser negativo. Mas eu entro como inventariante e depois disso eles colocarão para o Juiz dar o direito no INSS para eu poder receber a pensão. Aí, quer dizer, quando tiver a audiência com o juiz, a firma vai pagar, assinar a carteira, negociar. Acho que é isso, acredito que seja isso”.

O drama vivido pela família de Pedro - que faleceu 5 anos depois de ter sofrido um acidente grave que o deixou imobilizado, tendo provocado diversos derrames cerebrais – é dos mais comoventes. Tinha cinco filhos menores e morava no topo de uma favela situada numa das áreas mais perigosas da cidade. Por inúmeras vezes, a esposa de Pedro carregou-o morro abaixo, em situações de emergência – *“debaixo de bala, aquele homem morrendo nos meus braços...”* – com a ajuda dos vizinhos – *“que agora, quando me vê com ele, já corre, que ele pesa pra caramba.”* E, em outro desconcertante episódio, ao pedir uma ambulância no hospital para levá-lo de volta à casa, após horas de espera, recebeu como resposta da assistente social: *“não posso emprestar, que a ambulância pode se assaltada.”*

Essa esposa demonstrou uma firmeza admirável, tanto no cuidado do marido doente como na proteção dos filhos, particularmente diante do assédio para o envolvimento em atividades do narcotráfico. O comportamento da empresa foi inqualificável:

“A empresa, nesse período, só pagou o exame, a ambulância, só o que eles fizeram. Só me deram 3 cestas básicas, porque a assistente social da Fundação Leão XIII ligou para eles me pagarem. O engenheiro me deu mais duas cestas. Mas era assim: feijão, arroz, sabão. Quer dizer, meu marido doente, eu tenho que comer arroz puro com sabão, arroz e óleo? Toda vez que eu ia no médico, pegava uma xerox da receita dos remédios, levava lá. Uma vez, eu fui lá pedir ajuda a eles de um medicamento que custava 60 reais, que era para desmanchar o coágulo. Eles disseram que não podiam ajudar, que não tinham dinheiro.

No INSS, não tem nada ainda. Eu já entreguei todos os documentos que eles pediram e amanhã eu vou lá, porque até agora ainda não tem nada resolvido. Assim que ele chegou no hospital, eu dei entrada no INSS e até agora não resolvi nada. Eu não sei por que eu não recebo. Eu fiz todo o procedimento, tudinho que pediram, mas eu não recebo. Mas agora eu descobri que eu tenho direito, que já tem 15 anos de carteira assinada.

Quando Pedro adoeceu, eu não pensava que eu ia ter tanto trabalho para receber uma coisa que está se vendo na carteira de trabalho, nos papéis, que ele tem direito. Eu não pensei que eles iam fazer isso comigo, porque a empresa me garantiu que eu não ia ficar com uma mão na frente outra atrás. Ela disse que, se eu precisasse de alguma coisa, podia ir lá, que eles atendiam... Eu não quero nada deles, eu quero meus direitos, quero cuidar dele, eu quero que ele ande, eu quero ele vivo. Quando eu penso nisso tudo, eu não quero nem dar a resposta certa que eu penso... Eu já pensei muita coisa, já pensei em coisa que ninguém nem imagina!”

Artifícios para sobreviver

A própria esposa de Pedro relatou, com alguns exemplos, o que representava a luta cotidiana pela sobrevivência e o constrangimento de ter que recorrer à ajuda de vizinhos ou desconhecidos:

“Isso aqui (lata de cerveja) não é propaganda não, é para pagar passagem. Se não, eu vou pedir no sinal, o povo vai mandar eu ir trabalhar. Uma latinha de cerveja que eu peguei no lixo... Quando eu sair daqui, em cada lixeira, eu vou pegar uma e juntar com as outras que

eu tenho lá em casa para pagar as passagens, que os vizinhos não agüentam mais me dar dinheiro de passagem. Tem uma vizinha lá que me sustenta de vale-transporte, quando ela recebe, me dá dois, três vales ... o marido dela também. Isso aqui não é brincadeira não!

Eu precisei comprar um remédio de 3 reais e 10 centavos .Eu fui pedir esmola de porta em porta, de armarinho em armarinho, eu consegui 6 reais. Comprei duas caixas de Gardenal, levei para casa, dei a ele.

Para olhar para a cara daquela mulher – referindo-se à chefe do departamento de pessoal da empresa – ontem, tive que tomar um calmante. Fiquei olhando para a cara dela para pegar o vale refeição. Depois que eu fui na DRT, ela está me dando todo mês o vale refeição. Gente, eu não agüento mais, é muita humilhação para mim!

Eu procurei o sindicato porque lá podia me orientar melhor. Eles me informaram que era obrigatório a cesta básica e o seguro de vida até sair a pensão. Passaram já quase dois anos e não pagaram o seguro de vida.”

Numa alusão ao “movimento” (tráfico) que atua na favela onde mora, rechaçando a aceitação de qualquer auxílio dessa origem, esclarece:

“ Eu sofri represália, porque eu não peço ajuda a qualquer tipo de gente. Eu só peço ajuda nas instituições... Eu consigo roupas para as crianças e fralda para meu marido. Eu vivo de doações!”

O pai de Manoel, há cerca de 20 anos afastado do trabalho por um acidente também na construção civil, queixa-se da irrisória pensão que recebe - 45 reais - e lamenta que, após a morte do filho, a esposa “*depois de velha, tenha que trabalhar. Era ele, praticamente, que sustentava a casa.*”

Para a esposa de Valdir, a mudança foi radical e só restou como alternativa inicial vender balas na janela da própria casa:

“Eu sempre trabalhei, eu sou costureira, mas sofri um acidente há oito anos atrás e fiquei com problema de coluna. Quer dizer, não posso trabalhar em firma, ficar 8 horas por dia sentada, porque eu não agüento. Se eu pudesse assumir minha profissão, eu esperava um pouco mais. Por incrível pareça, sabe o que eu faço para conseguir um dinheiro extra? Eu vendo balas, mas quando eu vendo... É muito ruim. Gente, vou dizer uma coisa para vocês: eu nunca poderia esperar de passar por isso. Sabe, a gente vivia tão bem, porque meu marido, apesar de ganhar pouco, mas ele era muito caprichoso. Então, a gente tinha as nossas coisinhas. Eu me desfiz de tudo, o que é que eu vou fazer? Não tem onde botar. Os móveis eu dei para uma moça que morava lá perto e eu estou aqui só com a roupa do corpo mesmo, eu e meu filho. A minha vida mudou muito. Tem hora que eu fico pensando como é que pode a vida da gente mudar tão de repente, depois de estar indo tão bem. Eu sempre fui uma mulher que sempre tive a minha casa direitinho. Eu fico até pensando, até quando, sei lá. Deus é quem sabe.”

Num momento posterior, essa viúva, que ao conseguir um emprego, imaginara ter achado uma saída para sua situação, uma vez mais se deparava com a adversidade, apesar dos repetidos e sempre renovados esforços para superá-la:

“Hoje, eu estou morando em Mesquita. Eu arrumei emprego numa escola, era auxiliar de serviços gerais. Trabalhei oito meses lá, mas já me mandaram embora. Eu fiquei sem dinheiro para nada. Eu estou fazendo faxina, duas vezes no mês, dá para tirar 60 reais. Não dá para quase nada, mas eu me viro. Monto minha barraca de caipi-fruta e vendo à noite em feira ou festa de rua. Também para tirar um dinheirinho, faço ursinho de pelúcia, mas só dá quando eu posso comprar o material. Como fui costureira, eu pego roupa para fazer conserto. Cobro 30 reais a diária, vou na casa da pessoa e conserto tudo que tiver.”

No entanto, essa renda intermitente não lhe permitiu manter o teto que a abrigava e novamente se defrontava com a incerteza do futuro:

“Quando eu trabalhava na escola, dava para mim pagar o aluguel, mas como me mandaram embora eu já estou saindo de lá outra vez. No momento, eu não sei para onde eu vou.”

Perante às dificuldades encontradas, o apoio da rede familiar, quando possível, é um dos recursos:

“Minha irmã que não deixa eu passar fome. Me dá o almoço, janta, paga minha luz. Dependendo dela para tudo. Se a senhora quiser água, eu não tenho para lhe dar.” (Esposa de Luiz).

“Eu saí da minha casa para morar com meu pai. O meu pai toma conta de gado e vende leite. Tira 200 reais por mês. Eu não tenho como sustentar duas crianças. Eu sou manicure, não tenho como pagar escola. Eu tenho duas crianças, o meu pai quem sustenta, porque o que eu ganho não dá para viver e criar duas crianças. Só que está cada vez mais difícil. O meu pai tem que sustentar meus cinco irmãos menores, não dá!” (Esposa de Roberto).

“Eles disseram que isso vai demorar e, quanto mais demorar, para mim vai complicar cada vez mais, porque eu estou aqui na casa da minha filha. Aqui é pequeno, são oito pessoas que moram aqui e ainda tem meu neto que eu crio desde os três meses de idade. Eu não tenho condições de alugar nada para mim morar. Eu tenho um filho de 13 anos que está estudando, passou de ano graças a Deus.” (Esposa de Valdir).

Mas nem sempre esse apoio, mesmo que precário, torna-se viável. A carta da mãe da esposa de Pedro - que mora no interior do Ceará - evidencia o desejo de ajudá-la em seu infortúnio: *“Minha filha, deixa esta casa aí, peça esmola, arrume o dinheiro da passagem e venha embora. Você aqui não vai morrer de fome.”* E propõe uma solução que, em seu modo de ver, beneficiaria a todos: *“Tem um monte de legume na roça e não tem quem colha. Se você está aqui, você me ajuda mais seus filhos.”*

As seqüelas para os filhos

O reflexo mais evidente é a inevitável tristeza pela ausência do pai:

“Quando aconteceu o acidente, a esposa dele estava grávida de 3 meses, eles estavam muito felizes. Agora, a criança está com 2 meses e a mais velha está com quatro anos. Essa menina sente muita falta do pai, chora muito, pensa que ele foi viajar, mas sonha sempre com ele.” (Mãe de Francisco).

Contrariamente, para a esposa de Silvino, a tristeza é de que os filhos não lembrem do pai, o que se alia a problemas de saúde e à impossibilidade de continuarem os estudos:

“A gente estava casado tinha 13 anos. Temos 6 filhos, o mais velho está com 11 anos e o menor com 3. As crianças menores não lembram do pai. Eu fico muito triste, porque ele era muito apegado a elas. Foi tudo tão rápido! Antes, eu trabalhava lavando roupa para fora, ganhava um dinheirinho. Agora, não posso sair porque tenho que cuidar das crianças. Quando tenho que sair para resolver alguma coisa, peço para vizinha dar uma olhadinha neles para mim. Semana passada, a minha garota tomou todo o meu vidro de remédio, foi parar no hospital, ficou internada dois dias. O meu filho mais velho está cheio de problemas de saúde, teve um problema de pulmão. Antes eles estudavam, até o menorzinho estava na creche, mas tive que tirar porque a despesa era muito alta para mim. Despesa com material escolar era 70 reais e agora só o mais velho continua.”

Para a esposa de Luiz, é o trabalho informal do filho que garante sua sobrevivência. Mas o papel de filho provedor determinou a interrupção dos estudos:

“O meu filho tem 19 anos. Teve que parar de estudar, agora vende bala no sinal. Ontem, deu para tirar 4 reais, É o dinheiro que eu tenho para comprar arroz e feijão.”

Um dos filhos de Valdir , como relata sua esposa, também foi obrigado a deixar a escola:

“Estava na 5ª série. Só que a escola era particular e ele teve que sair. Até hoje, não pude pagar a taxa (10 reais) para pegar o histórico escolar. Então, ele teve que trabalhar. Está trabalhando como trocador de Kombi. Tem dia que ganha 5 reais, em outro ganha 8 reais. Fica de 7 horas da manhã até as 7 da noite. Ele tem muita vontade de estudar, mas não tenho como matricular ele...Fiquei de entregar a casa e não sei ainda para onde vou.”

De seu depoimento, emerge ainda uma preocupação compartilhada com outras mães:

“Ele quer estudar à noite, fazer o supletivo. Eu falo para ele que é muito perigoso. Outro dia, ele me disse que eu tinha medo à-toa. Porque, quando ele estudava de manhã, na escola particular, cansou de ver os colegas armados, com revólver na cintura. Quando a professora estava de costas para os alunos, os colegas cheiravam cocaína dentro da sala de aula, no canudinho do pirulito. Como eu tenho muito medo que ele se envolva com coisa errada, e o sonho dele é ser jogador de futebol, eu falo para ele que atleta não pode fumar, nem beber ou ter outro vício... Para ele não vacilar.”

A situação se torna mais angustiante, quando se percebe que os filhos começam a se envolver em atividades ilegais ou convivem em ambientes pouco condizentes com os valores familiares, como transparece na fala da esposa de Pedro:

“Tenho dois que estão no Norte com a minha mãe, eu tenho vontade de mandar esse meu filho de 13 anos. Começou a se envolver com um tipo

de gente que não podia... Eu não vou falar porque tenho medo de represália... Eu já fui atacada duas vezes, mas consegui tirar ele dessa vida. A minha menina está na escola, mas a escola dela não é ...vamos dizer, que não é escola nem para ela e nem para meu filho, porque aconteceram muitas 'paradas' que eu não vou revelar, mas que não combina com meus filhos. Meus filhos são pobres, mas é a riqueza que eu tenho. Não deixo eles solto."

Os filhos de Pedro - que "estão no Norte" - tiveram que ser assumidos pela família da esposa, como uma medida de precaução diante da carência de recursos para sua manutenção e dos apelos para se inserirem no narcotráfico. Mas a separação, embora necessária, é mais um motivo de sofrimento:

"A minha filha, que está no Ceará, mandou dizer na carta: mãe, eu tenho tanta coisa para falar com a senhora... Eu fico é doída cada vez que leio a carta. Vejo o retrato dela, moça sem eu ver crescendo, lá com a avó também doente. Meu filho com 11 anos e minha filha com 16. É saudade demais!"

O temor do envolvimento em atividades fora da lei também foi expresso, de forma implícita, pela esposa de Josias, quando refere o acontecido com um amigo do seu filho:

"Ontem, o filho da minha vizinha foi abordado, na frente de casa, por dois homens em uma moto e até agora está desaparecido... A gente já sabe o que aconteceu, só estamos esperando saber onde está o corpo. Ele era um garoto educado, vivia aqui com a gente mas era envolvido, ... sabe como é."

Recursos para aliviar o sofrimento

Frente a esse conjunto de contrariedades que invade a vida cotidiana das famílias, as crenças religiosas constituem uma forma de apoio para suportar ou reduzir o sofrimento. Foi surpreendente, nesse sentido, a serenidade com que a esposa de Valdir nos dizia:

“Eu estou indo com a minha filha na igreja batista. Me dá um conforto. Quando ele morreu, as duas primeiras semanas, eu não estava agüentando. Toda hora parecia que ele ia chegar de noite e, depois que eu fui lá, ficou tudo bom. Esquecer a gente não esquece, mas conforta um pouquinho. Eu tinha 32 anos de casada e a gente como pobre vivia bem. Eu era feliz com ele. Ele era muito bom para mim, então de repente aconteceu isso assim, não é? Foi uma barra!”

Ao mesmo tempo, foi emocionante constatar, em seu depoimento, tanto a preocupação com os que poderiam vivenciar situações semelhantes, como uma certa ingenuidade em imaginar que o exemplo de seu sofrimento seria capaz de, futuramente, sensibilizar a empresa no trato com outros casos:

“Porque não adianta a gente ficar com raiva, guardar mágoa no coração. Rezo sempre, todos os dias, para que Deus abençoe eles (empresa) para que eles compreendam que eu tenho direito e meu filho também. Além do mais, para que isso não se repita com outros, que sirva de exemplo. Assim como foi meu marido, podia ter sido outro da mesma empresa...Eles vendo o que eu estou passando, eles venham a assumir aquela outra pessoa.”

É ainda comovente e digno de admiração verificar como, em meio a tantas atribulações, conseguem criar espaços de esperança e projetos para reconstituir a vida. O depoimento da mulher de Pedro é paradigmático nesse sentido:

“Isso aqui (pintura em tecido) é cursinho que estou fazendo, eu que criei... é lá na LBV (Legião Brasileira da Boa Vontade)... isso é de noite que eu crio... Estou fazendo o curso, vou receber o diploma. Depois, quando Jesus abençoar para que meu velho ande ou que eu fique viúva,

vou trabalhar de carteira assinada. Quando eu estou fazendo isso aqui, tudo que é ruim sai da minha cabeça. Isso aqui eu invento de noite, eu também trabalho com crochê eu adoro, eu estou apaixonada pelo meu trabalho de pintura... Eu quero fazer curso de língua, de computador e dança de salão. De repente, eu vou embora e chega lá não tem professor e as pessoas querem saber e eu, já tendo uma profissão posso chegar lá no meu lugarzinho, posso ensinar pintura, crochê, tricô, que ainda estou aprendendo. No dia que eu vou para LBV, minha cabeça não dói, eu não me preocupo e, se ele reclama, eu não estou nem aí.”

Frente à precariedade de recursos, ao desamparo, à injustiça, à incerteza do amanhã, são surpreendentes as manifestações de abnegação, de força, de determinação que emanam de alguns depoimentos. Constituem uma demonstração inequívoca de que, no embate com a adversidade, prevalece o chamado da vida.

Uma vez mais, a esposa de Pedro pode servir como exemplo dessa coragem avassaladora. Mesmo aprisionada, em sua existência, a vários âmbitos do reino da necessidade, não se deixa abater:

“Eu sou uma ‘paraíba’ que nunca desiste. Quando precisa vai de pé, pede esmola, pede auxílio, mas não desiste.”

Numa mensagem aos que passam por situações semelhantes a sua, afirma com a veemência que lhe é própria:

“Se estiver passando fome, peça ajuda; se estiver morando no meio da rua, não desista, porque eu nunca vou desistir, eu vou até o fim.”

E conclui:

“Eu ainda vou escrever minha biografia e todo mundo vai ler no mundo inteiro.”

Um passo organizativo

A equipe de pesquisa, sensibilizada com a constatação desse quadro de sofrimento, desamparo e desproteção social a que essas famílias vêm sendo submetidas, não poderia ficar indiferente e decidiu que seria necessário dar algum passo para romper com a situação de isolamento, de desinformação e de falta de apoio para obter o respeito a seus direitos. Com esse intuito, foram convidados todos os familiares dos trabalhadores falecidos a que se teve acesso ao longo da pesquisa e alguns operários anteriormente acidentados para que, junto com outros trabalhadores da categoria e profissionais da área jurídica, discutíssemos possíveis soluções para os problemas encontrados. Após dois encontros, o grupo optou pela criação de uma associação de vítimas de acidentes de trabalho, já oficialmente registrada, que tem, entre seus objetivos, facilitar: a instauração de processos na justiça do trabalho; a solicitação ou revisão de benefícios junto à previdência social; o encaminhamento de ações indenizatórias contra empresas por danos materiais e morais, no âmbito da responsabilidade civil, bem como o acompanhamento da tramitação dos diversos tipos de processos instaurados. Pretende-se também que constitua um espaço capaz de fomentar, gradativamente, várias formas de solidariedade entre os associados em questões relativas à saúde, à educação, à geração de renda e à obtenção de empregos.

Considerações Finais

O expressivo número de acidentes de trabalho fatais ocorridos em trabalhadores da indústria da construção civil no Rio de Janeiro reflete, de forma dramática e contundente, a ausência de uma política de segurança efetiva nas empresas que integram o setor. As estratégias de terceirização presentes, pautadas fundamentalmente na redução de custos da mão-de-obra, caracterizam-se por numa seqüência de subcontratações, inclusive ilegais, que colocam os trabalhadores em condições cada vez mais precárias e menos protegidas. Externalizam-se riscos e responsabilidades, em nome da produtividade e do incremento dos lucros, que redundam na perda de vidas e, freqüentemente, no desrespeito a direitos elementares dos trabalhadores.

Neste estudo constatou-se, mais uma vez, a grande proporção de acidentes de trabalho que não figuram nos sistemas oficiais de registro. Do número total que conseguimos identificar - no período de 1997 a 2001 - através de várias fontes de informação, apenas em aproximadamente 30% dos casos foi emitida a CAT. Em 2001, ano em que iniciamos a busca ativa desses eventos, observou-se um número três vezes superior ao de 1997. Um aumento dessa ordem – na ausência de outras explicações – só pode ser resultado do investimento realizado, considerando inclusive que em pesquisa efetuada nos ROs desse ano, já mencionada no corpo deste trabalho, tinha se encontrado um número semelhante ao nosso em 2001. Não foi possível estimar o grau de subnotificação em trabalhadores do mercado formal, dada a elevada percentagem de acidentados cujo vínculo trabalhista era desconhecido, nem contemplar a ocorrência de acidentes de trajeto – com exceção de um único caso – o que certamente representaria um aumento significativo do total de óbitos.

A partir desta investigação, pode deduzir-se que para obter uma quantificação das mortes no trabalho seria necessário lançar mão de estratégias capazes de explorar as potencialidades do conjunto de fontes a que recorreremos. Tal tarefa, no entanto, demandaria uma dedicação intensiva, como ficou evidente em levantamento, anteriormente referido, realizado nos ROs, fonte complementar à CAT que permitiu localizar o maior número de acidentes no acervo sindical.

Uma dificuldade adicional reside na prática adotada por algumas empresas de ocultar, de diversas formas, os indícios que possibilitariam à perícia policial a averiguação das reais circunstâncias em que ocorreu a morte. Pudemos comprovar essa descaracterização, quase que imediata, dos acidentes em determinadas ocasiões em que acompanhamos os técnicos do sindicato, logo após a ocorrência, nas inspeções aos canteiros de obra.

Dada a multiplicidade de vínculos de trabalho decorrentes das características da terceirização implantada no âmbito da construção civil, as penosas consequências dos acidentes fatais afetam de forma diferenciada as famílias das vítimas. Os obstáculos iniciais situam-se em torno da emissão da CAT e da rescisão contratual, mesmo entre trabalhadores formalmente contratados. As maiores resistências enfrentadas pelas famílias, nesse sentido, encontram-se nas empreiteiras, principalmente em relação aos trabalhadores que tinham vínculos precários. Na sua grande maioria, a demora na emissão desse documento para aqueles trabalhadores formais se estende por longos períodos e só é obtido quando se conjugam diversas formas de pressão externa. Quanto aos trabalhadores sem contrato legalizado, essa espera se faz perene e, embora recorram a processos judiciais, terminam por abdicar de seus direitos. Raras são as exceções em que conseguem sensibilizar as empresas para regularizar a situação. A ausência da CAT constitui o grande entrave para solicitar a concessão de benefícios junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Essa limitação financeira vem constantemente agravada pela recusa das empresas a pagar o seguro de vida obrigatório.

Consideramos que a contribuição mais importante deste estudo foi trazer à tona, na forma pela qual é sentido e verbalizado, o conjunto de expressões de desamparo social que os números por si só não revelam. Nessa aproximação com as famílias, o que mais nos mobilizou foi constatar o confronto entre os infortúnios decorrentes da morte e o irrecusável apelo da vida.

Ao misto de sofrimento pela perda, de carências econômicas, de frustração e impotência frente aos comportamentos omissos das empresas, bem como à inoperância das instâncias públicas, contrapõem-se incisivas manifestações de coragem, de determinação em buscar formas de sobrevivência e de alívio diante da adversidade.

A iniciativa de criar um espaço coletivo capaz de propiciar o estabelecimento de redes de solidariedade pode contribuir para minorar os efeitos desse quadro de abandono e isolamento a que vivem expostas essas famílias e muitas outras. Seus fundadores vêm colocando grandes expectativas na consolidação dessa forma associativa, enquanto instância de orientação na conquista de direitos previdenciários, jurídicos e assistenciais. Inicialmente, tem significado um apoio essencial na instauração de processos indenizatórios por danos físicos e morais, enquanto única alternativa que resta perante a impossibilidade de legalizar a situação daqueles acidentados contratados irregularmente.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, J.T.L.; HUNTING, K.L. & WELCH, L.S. 2000. *Injury and Employment Patterns among Hispanic Construction Workers*. JOEM, 42, p. 176-186.
- ANTUNES, R., 1995. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 3ª Ed., Campinas: Cortez Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- ARAÚJO, J.S., 2001. *Paradoxos da Modernização: Terceirização e Segurança dos Trabalhadores em uma Refinaria de Petróleo*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- ATAYDE, M.R.C., 1996. *Gestão de Coletivos de Trabalho e Modernidade. Questões para a Engenharia de Produção*. Tese Doutorado, Rio de Janeiro. COPPE/UFRJ.
- BLANES, D. O., 1992. *Trabalhador Acidentado na Construção Civil: sua Trajetória na Busca de seus Direitos*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.
- CARVALHO, F. M., 1988. *Acidentes Fatais do Trabalho na Região Metropolitana de Salvador, 1978 a 1986*. Revista Baiana Saúde Pública 15 (1/4):19-31.
- CASTELL, R., 1993. *Da Indigência a Exclusão a Desfiliação, Precariedade no Trabalho e Vulnerabilidade Relacional*. Saúde e Loucura, Nº 4:21-48.
- CASTELL, R., 1997. *A Dinâmica dos Processos de Marginalização: da Vulnerabilidade à “desfiliação”*. Caderno CRH, 26/27:19-40.
- CASTELL, R., 1998b. *A nova questão social*. In: As Metamorfoses da questão social: Uma Crônica do Salário, pp. 495-591. Petrópolis/ Rio de Janeiro. Vozes.
- COUTINHO, R.L., 1980. *Operário da Construção Civil*. Rio de Janeiro: Achiamé.

- CUNHA, L. A., 1978. *Aspectos Sociais da Aprendizagem de Ofícios Manufatureiros no Brasil – Colônia*. Fórum Educacional. Rio de Janeiro.
- CUSTÓDIO, D.; SCHORR, M., 1999. *Dados Estatísticos: 1997: Anexos I e II da NR 18 Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção*. São Paulo: Fundacentro.
- DEJOURS, C., & ABDOUCHELI, E & JAYET, C., 1994. *Psicodinâmica do Trabalho: Contribuição da Escola Dejouriana a Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Atlas.
- DEJOURS, C., 1999. *Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- ESCOREL, S., 1999. *Vidas ao Léu: Uma Etnografia da Exclusão Social*. Rio de Janeiro. Editora. Fiocruz.
- ESCOREL, S., 2000. *Vivendo de Teimosos: Moradores de Rua da Cidade do Rio de Janeiro. No Meio da Rua: Nômades, Excluídos e Viradores*. Editora Guaramond.
- FARAH, M., 1992. *Tecnologia, Processo de Trabalho e Construção Habitacional*. Tese de Doutorado, São Paulo. FCH/USP.
- FERRAZ, F., 1991. *Desatando um “nó cego”: Gestão da Força de Trabalho em Canteiros de Obra*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro. COPPE/ UFRJ.
- FERREIRA, C.E ., 1975. *Construção Civil e Criação de Empregos*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.
- FERREIRA, M., 2000. *História Oral, Desafios para o Século XXI*, (T.M. Fernandes,.org.), Editora Fiocruz. Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro.
- FERRO, S.G., 1976. *A Forma da Arquitetura e o Desenho da Mercadoria*. Almanaque. Caderno de Literatura e Ensaio. São Paulo.

- FHOLIC, A .,1983. *O Processo Capitalista de Produção na Construção Civil: O Caso de Belém*. Revista Proposta 33:39-47. Fase.
- FISCHLOWITZ, E., 1965. *Principais Problemas da Migração Nordestina*. MEC: Serviço de Documentação.
- FUNDACENTRO, 1979. *Problemática da Segurança do Trabalho na Construção Civil*. S.N. São Paulo.
- FUNDACENTRO, 1995. *Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção*. Fundacentro, Série: Norma Regulamentadora; N.18. São Paulo.
- FUNDACENTRO, 1996. *Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção*.: Fundacentro, Série: Norma Regulamentadora; N.18. São Paulo.
- FUNDACENTRO, 1998. *Condições de Trabalho na Indústria da Construção*. Fundacentro.
- FUNDACENTRO.,1998. *Prevenção de Acidentes Fatais na Indústria da Construção*. Segurança e Saúde no Trabalho ; n. 2. Fundacentro. São Paulo.
- GRANDI, S., 1985. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: Mobilidade e Acumulação de Capital e da Força de Trabalho*. Tese de Doutorado, São Paulo. FCH/USP.
- HARVEY, D., 1994. *Do Fordismo à Acumulação Flexível, em Condição Pós Moderna*, São Paulo, Edições Loyola,
- JORNAL DO BRASIL, 1999. *Operário é Soterrado em Reforma do Art Palácio*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 de ago. s/c, s/p.
- JORNAL DO BRASIL, 2000. *Dois Operários Morreram Soterrados*, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro 9 de Set. S/C, p. 12.
- JORNAL EXTRA, 2000. *Falta de Segurança na Construção Civil põe trabalhador em*

- Risco*. Jornal Extra, Rio de Janeiro, 2 de Abr. S/C, p.24.
- JORNAL EXTRA, 2000. *Deslizamento Mata Dois*. Jornal Extra, Rio de Janeiro, 9 Set. S/C, p.6.
- JORNAL O DIA, 2001. *Dois Mortos em Desabamento*, Jornal O Dia, Rio de Janeiro, 25 de Set. S/C p.3.
- JORNAL O POVO, 2000. *Família de operário Soterrado em Obra Cobrará Indenização à Construtora*. Jornal O Povo, Rio de Janeiro, 10/ Set. S/C p. 18.
- JORNAL O POVO, 2001. *Operário Esmagado por Elevador na Obra*, Jornal O Povo, Rio de Janeiro, 13 de Jan. S/C, p.8.
- KLAUSMEYER, M.L. *O Peão e o Acidente de Trabalho na Construção Civil do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, IESAE/FGV. S.d.
- LIANZA, E., 1982. *As Funções do Alojamento na Organização do Trabalho da Indústria da Construção Civil*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro. COPPE/UFRJ.
- LIEBER, R.R., 1995. *As Condições de Trabalho e as Condições do Trabalhador na Construção Civil Brasileira: uma Possibilidade de Moralidade Normal*. In: Congresso Nacional Sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, *Anais*, p. 87 – 101 Rio de Janeiro. Fundacentro.
- LIMA, J.C, 1996. *Trabalho, Família e Mobilidade Social: Um Estudo Sobre Sociabilidade Operária*. Caderno CRH, 24/25:123-153.
- MACHADO, J. M. H. & Minayo-Gomez, C.,1995. *Acidentes de Trabalho: Concepções e Dados*. In: *Os Muitos Brasis: Saúde da População na Década de 80*: (M.C.S. Minayo, org.), pp.117-142, São Paulo / Rio de Janeiro: Hucitec / Abrasco.
- MALLAMO, M. A G., 1998. *Morbidade nos Trabalhadores da Indústria da Construção na Área de Clínica Médica: Estudo de 9958 Casos*. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 24 : 91-92:57-66, São Paulo.

- MARICATO, E., 1984. *Indústria da Construção e Política Habitacional*. Tese de Doutorado, São Paulo. FA/USP.
- MARX, K., 1978. *O Capital*. São Paulo: Ciências Humanas.
- MELO, M. C. G., 1991. *Contribuição ao Estudo dos Acidentes de Trabalho na Construção Civil*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- MENDES, M.R.J., 1999. *O verso e o Anteverso de uma História: O Acidente e a Morte no Trabalho*. Tese de Doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MINAYO, M.C.& THEDIM-COSTA,S.M.F., 1999. *Precarização do Trabalho e Desproteção Social: Desafios para a Saúde Coletiva*. *Ciência & Saúde Coletiva*,4(2): 411-22.
- MINAYO, M.C., 1986. *Formação Operária: Alguns Pressupostos*. Revista Proposta, 30 Rio de Janeiro.
- MINAYO, M.C., 1986. *Os Construtores da Cidade*. Rio de Janeiro: Editora Fase.
- MINAYO, M.C., 1987. *Olhando Através dos Andaimos e Tapumes*. Proposta, 33 Rio de Janeiro. Fase.
- MINAYO, M.C., 1999. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. Hucitec. Rio de Janeiro, Abrasco,
- MINAYO-GOMEZ, C., 1987. *A Formação do Trabalhador em Construção*. Revista Proposta, 33: 48-56. Fase.
- MOTTA, P. C.D. 1996. *Nem Tudo Que Reluz é Ouro: O Just-In- Time e o Mito da Superação do Taylorismo*. Cadernos de CRH, Salvador, 24/25.

- MUCILLO, M., 1995. *Falta de Inteligência do Operário na Indústria da Construção: um Mito*. In: Congresso Nacional Sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, *Anais*, p. 123 – 130: Rio de Janeiro. Fundacentro.
- MUNIZ, H. P., 1993. *Concepções dos Operários da Construção Civil sobre Acidentes de Trabalho*. João Pessoa. Dissertação de Mestrado, Paraíba. Universidade Federal da Paraíba.
- PARENTE, M., 1995. *As Bases Históricas do Aprendizado dos Ofícios na Construção Civil*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro. COPPE/ UFRJ.
- PEPE, C. A., 2002. *Estratégias para Superar a Desinformação: Um Estudo Sobre os Acidentes de Trabalho Fatais no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- PINTO, A. A., 1996. *Navegando o Espaço das Contradições: A (Re) Construção do Vínculo Trabalho Saúde por Trabalhadores da Construção Civil*. Dissertação Mestrado, São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- POCHMAN, M., 1999. *O Trabalho Sob Fogo Cruzado: Exclusão, Desemprego, e Precarização no Final do Século*. Editora Contexto. São Paulo.
- RAVERA, R; CARRERA, V., 1995, *Organização e Atuação Sindical sobre Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção*. In: Congresso Nacional Sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, *Anais*, p. 179 – 198 Rio de Janeiro. Fundacentro.
- REBELLO, M.T.B., 1978. *Educação e Mobilidade Ocupacional: O Caso dos Trabalhadores da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IESAE/FGV.
- SEPESP. *Aspectos Estruturais do Desenvolvimento da Economia Paulista: Construção Civil*. São Paulo, Série: Segurança e Saúde no Trabalho; 1

- SILVA, C. A.; ROCHA, L. E.; GIANNASI, F. & PARAGUAY, A. I., 1993 *Construindo o Progresso*. In: *Isso é Trabalho de Gente? Vida, doença e trabalho no Brasil* (J.T. BUSCHINELLI, et all. Org.) pp. 294- 318.
- SILVA, L. A C., 1994. *Entre... Fique à Vontade, a Casa é Sua !?! Ou o Paradigma da Participação na Organização: Um Estudo de Caso na Construção Civil*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro. COPPE/UFRJ.
- CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. 1999/2000. Sinduscon-Rio; Sintraconst-Rio.
- SOUSA, H.N.B., 1983. *Os Construtores de Brasília*. Rio de Janeiro. Editora Vozes.
- SOUSA, H.N.B., 1995. *Trabalhadores Pobres e Cidadania*. Caderno CRH, 22, p.51-70.
- TACHIZAWA, E.T., 1993. *Determinação de Indicadores de Qualidade para Avaliação do Processo de Gestão de Pequenas e Médias Empresas do Setor da Construção Civil Habitacional*. Tese de Doutorado, São Paulo. Fundação Getúlio Vargas.
- TOMAZZI, A . P., 1990. *A Construção do Operário: O uso da teoria na construção civil*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais.
- USSAN, S., 1998. *Estatística de Acidentes na Construção. Existe?*. Cipa: Caderno Informativo de Prevenção de Acidentes 20: 229.
- VALADARES, L; FÁVERO, O; CAPELO, V & RAPOSO, C., 1981. *Processo de Trabalho e a Formação Profissional na Construção Civil*, Fundação Getúlio Vargas – IESAE- Rio de Janeiro.
- VARGAS, N., 1979. *Organização do Trabalho e capital: Um Estudo da Construção Habitacional*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.
- WERNECK, D., 1978. *Emprego e Salários na Indústria da Construção*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.

WÜNSCH FILHO, V., 1999. *Reestruturação Produtiva e Acidentes de Trabalho No Brasil: Estrutura e Tendências*. Cadernos de Saúde Pública 15(1): 41-51.